

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPE
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA

TATIANA PATRÍCIA CÂNDIDO CARVALHO

**MOMENTOS HISTORIOGRÁFICOS DA PAISAGEM DE
SERRANÓPOLIS, GOIÁS**

GOIÂNIA
2021

TATIANA PATRÍCIA CÂNDIDO CARVALHO

**MOMENTOS HISTORIOGRÁFICOS DA PAISAGEM DE
SERRANÓPOLIS, GOIÁS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin.

GOIÂNIA
2021

C331m Carvalho, Tatiana Patrícia Cândido

Momentos Historiográficos da paisagem de Serranópolis,
Goiás / Tatiana Patrícia Cândido Carvalho. -- Goiânia
2021.

93 f.: il.;

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade

Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores
e Humanidades, Goiânia, 2020.

Inclui referências f. 80-92



**PUC
GOIÁS**



MOMENTOS HISTORIOGRÁFICOS DA PAISAGEM DE SERRANÓPOLIS, GOIÁS

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 24 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Julio Cezar Rubin de Rubin / PUC Goiás

Profa. Dra. Marcélia Marques do Nascimento / UECE

Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura / PUC Goiás

Profa. Dra. Maira Barberi / PUC Goiás

Profa. Dra. Martha Cecilia Cano Echeverri / UTP - Colômbia

Dedico este trabalho a pesquisadores que não medem esforços para contribuir com a ciência.

AGRADECIMENTOS

O Mestrado em História foi uma oportunidade única de aprendizado acadêmico e pessoal, marcado por intensos desafios e obstáculos. A minha formação nesse curso me traz a memória pessoas que muito contribuíram para essa conquista. Para não apresentar uma lista extensa de nomes, menciono a todos de maneira geral, havendo algumas exceções.

Agradeço a Deus, pela realização desse sonho.

À Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela oportunidade de concluir esse curso.

Ao orientador, por apontamentos sempre pertinentes a minha proposta de pesquisa, delineando novas fronteiras de conhecimento e alternativas de aprendizagem, sendo contribuições agregadoras a outros resultados da temática.

Às bancas e aos professores do Mestrado em História dessa instituição.

Aos meus familiares, especialmente minha mãe, Maria da Silva Cândido Carvalho, por me incentivar a não esmorecer diante das dificuldades.

As minhas grandes companheiras de estudo, com o apoio e a dedicação nessa etapa de vida.

Aos meus amigos e aos meus leitores.

RESUMO

Este estudo mostra a historiografia da paisagem de Serranópolis que abrange quatro momentos: pré-colonial, indígenas Kayapó, cafeicultura e atual, visando compreender como se deram a apropriação e a construção das paisagens. Essa região abriga um dos mais importantes legados patrimoniais da história humana no Planalto Central brasileiro. O intervalo temporal tem aproximadamente 11.000 anos AP a atualidade. A abordagem adotada se relaciona com a Nova História e a Arqueologia. Os procedimentos metodológicos estão fundamentados principalmente na pesquisa bibliográfica e de campo, pelas quais foram possíveis contatar e caracterizar vestígios ou evidências dos períodos estabelecidos. Os resultados obtidos apresentam essa caracterização, destacando lacunas, correlações e limitações, a partir de dados e informações disponibilizados. A linearidade temporal trata de possibilidades interpretativas de ocupação humana, abrindo horizontes para futuras pesquisas sobre apropriação e construção da paisagem na perspectiva do tempo profundo. Desse modo, são trazidas paisagens e memórias, cuja cultura se inscreve em aportes teóricos que fundamentam a catalogação de sítios arqueológicos.

Palavras-chave: Ocupação e construção de paisagens. Paisagem de Serranópolis. Patrimônio cultural. Sítios arqueológicos.

ABSTRACT

This study shows the historiography of the landscape of Serranópolis that covers four moments: pre-colonial, indigenous Kayapó, coffee and current, aiming to understand how the appropriation and construction of landscapes took place. This region is home to one of the most important heritage legacies in human history in the Brazilian Central Plateau. The time interval is approximately 11,000 years AP today. The approach adopted relates to New History and Archeology. The methodological procedures are based mainly on bibliographic and field research, through which it was possible to contact and characterize traces or evidences of the established periods. The results obtained show this characterization, highlighting gaps, correlations and limitations, based on data and information made available. Temporal linearity deals with interpretative possibilities of human occupation, opening horizons for future research on appropriation and construction of the landscape in the perspective of deep time. In this way, landscapes and memories are brought, whose culture is inscribed in theoretical contributions that support the cataloging of archaeological sites.

Keywords: Archaeological sites. Cultural heritage. Occupation and construction of landscapes. Serranópolis landscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização e delimitação do município de Serranópolis, Goiás	13
Figura 2 - Rota de Goiânia a Serranópolis	42
Figura 3 - Estrada na zona rural entre Serranópolis e Pousada das Araras	43
Figura 4 - Mapa dos sítios arqueológicos e núcleos	47
Figura 5 - Entrada do Sítio Véu do Muquém (GO-JA-13)	50
Figura 6 - Vista parcial do abrigo GO-JA-01	51
Figura 7 - Abrigo sob rocha na Gruta do Diogo (GO-JA-02).....	51
Figura 8 - Passarela do abrigo da Pousada das Araras (GO-JA-03).....	53
Figura 9 - Abrigo presente na Fazenda Monte Alegre (GO-JA-14).....	53
Figura 10 - Ocupação e mobilidade dos Kayapó em alguns estados.....	55
Figura 11 - Araras vermelhas presentes na RPPN	59
Figura 12 - Pousada das Araras - parte da antiga sede	60
Figura 13 - Pousada das Araras - sede atual	61
Figura 14 - Objetos antigos em exposição na Pousada das Araras	62
Figura 15 - Objetos de uso cotidiano	63
Figura 16 - Sede da Fazenda Maria Bárbara	64
Figura 17 - Sedes das fazendas cafeeiras e sítios arqueológico	65
Figura 18 - Delimitação do município de Serranópolis e a ocupação do solo... 67	67
Figura 19 - Paisagem atual, de frente aos sítios GO-JA-01 e GO-JA-02	68
Figura 20 - Área de pastagem e reserva legal, próxima ao Sítio GO-JA-14 (Núcleo F).....	70
Figura 21 - Área de cultivo e reserva legal, próxima ao Sítio GO-JA-14 (Núcleo F).....	70
Figura 22 - Cronologia de ocupação de Serranópolis, Goiás, Brasil.....	72
Figura 23 - Linha do tempo da paisagem de Serranópolis	73
Figura 24 - Objetos de usos cotidianos do período cafeeiro	74
Figura 25 - Objetos do período das grandes fazendas cafeeiras.....	75
Figura 26 - Vista de uma parte do Museu do Cafezal	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cronologias convencionais e calibradas para os sítios de Serranópolis	27
Tabela 2 - Participação produtiva de Goiás no cenário nacional.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO POVO	14
1.1 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PAISAGEM COMO FONTE HISTÓRICO-CULTURAL	14
1.2 A PAISAGEM EM SERRANÓPOLIS E SUA INTEGRAÇÃO	20
CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS	23
2.1 OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL: GRUPOS DE CAÇADORES E COLETORES..	23
2.2 OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL: GRUPOS AGRICULTORES E CERAMISTAS..	25
2.3 OCUPAÇÃO DOS INDÍGENAS KAYAPÓ	28
2.4 FLUXOS MIGRATÓRIOS MODERNOS.....	33
CAPÍTULO 3 - MATERIAL E MÉTODO	41
3.1 FASES DA PESQUISA	41
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
4.1 EVIDÊNCIAS DAS OCUPAÇÕES NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	46
4.2 PAISAGEM DA OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL.....	48
4.3 PAISAGEM DA OCUPAÇÃO DOS GRUPOS KAYAPÓ	54
4.4 PAISAGEM DA IMIGRAÇÃO - CAFEICULTURA.....	57
4.5 PAISAGEM DE SERRANÓPOLIS NA ATUALIDADE	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80
ANEXO	93

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a paisagem vem sofrendo constantes transformações e amplas definições, tornando-se imprescindível compreendê-la em suas variáveis, sendo essas posicionadas perante a atual perspectiva evolutiva. O estudo da paisagem, assim como a observação da dinâmica de inserção do homem modificador do meio ambiente, é de suma importância para a gestão do patrimônio cultural e o direcionamento da educação das gerações. Ao analisar a ocupação de qualquer área, encontrar-se-ão lacunas que precisam ser abordadas para que os registros históricos não se percam, assim como a linearidade da historiografia ou da biografia da paisagem.

Nessa visão, este trabalho justifica-se pela decorrência da paisagem de Serranópolis, para a identidade cultural do Planalto Central brasileiro e do estado de Goiás. Ela apresenta evidências de ocupação, a partir do período pré-colonial, muitas das quais já se perderam e outras se encontram ameaçadas. Desse modo, esta investigação objetiva apresentar e discutir os principais momentos historiográficos da paisagem de Serranópolis, apropriação e construção, em quatro períodos: pré-colonial (caçadores-coletores e agricultores-ceramistas), Kayapó, cafeicultura e atual. Suas possíveis correlações se dão por evidências e registros que estabelecem considerações sobre preservação do patrimônio cultural, da paisagem e da memória coletiva.

Esses objetivos partem de questões assim: como se mostram as paisagens no período de ocupação pré-colonial ao atual no município de Serranópolis? Dentre os períodos pré-colonial, indígenas Kayapó, cafeicultores e atual, que evidências dessas ocupações ainda estão preservadas? As possíveis respostas apontam para o interesse que se volta para os grupos pré-coloniais, os Kayapó e os cafeicultores, aludindo para o período contemporâneo, compreendendo os aspectos histórico-sociais. A temporalidade do estudo e da observação da paisagem seguiu em decorrência da ocupação mais antiga registrada na região - 10.740 anos AP (Antes do Presente) - até a do momento.

A metodologia da pesquisa aborda referenciais e documentos para as duas fases - gabinete e campo. A atividade de gabinete se junta à revisão bibliográfica do tema, contando os assuntos essenciais sobre patrimônio, paisagem e território, dialogando com o levantamento *in loco*. Nessa perspectiva, os marcos da paisagem

impulsionam o conhecimento de diversas ciências para possibilidades de preencher lacunas.

As ocupações pré-colonial, Kayapó, cafeeira e atual sistematizam e trazem as evidências da paisagem que está no espaço de Serranópolis. Configuram o processo contínuo ocorrido em cada época, sendo que, no momento pré-colonial, pesquisas pioneiras com Pedro Ignácio Schmitz registraram as informações dos povos pretéritos. No momento dos Kayapó, o Mapa Etnográfico de Curt Nimuendajú elucida sua territorialização. No dos cafeicultores, define-se como os fazendeiros trabalharam crescente plantio do café e criação de gado. No atual, as imagens de satélite, disponibilizadas pelo Google Earth, mostram o resultado da expansão e das mudanças socioespaciais advindas das atividades produtivas.

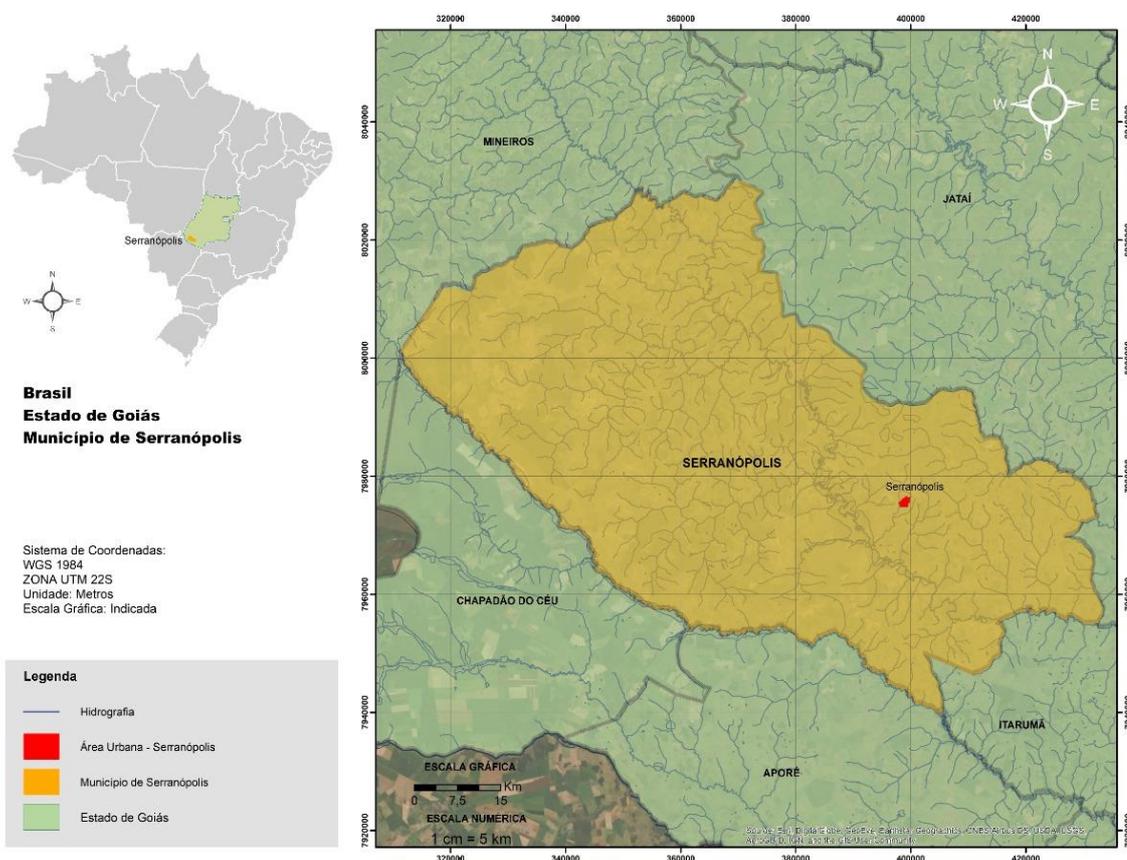
Para desenvolver o texto, os assuntos foram divididos em quatro capítulos. No primeiro, aborda-se o patrimônio arqueológico com os vestígios e os aspectos paisagísticos. As apropriações e as construções dos povos relacionam com as atividades humanas das épocas. A Nova História soma-se a documentos oficiais, de modo que representem a identidade do povo e a herança/marca cultural. Entre os autores abordados, estão Le Goff (2005) e Burke (2008), tratando da narrativa de histórias comuns.

No segundo capítulo, apresentam-se os sítios arqueológicos e algumas de suas especificidades. Diversidades culturais se correlacionam, assim como características temáticas pré-coloniais. Destacam-se as obras de Pedro Ignácio Schmitz e Veronese, com seus estudos do período pré-colonial. Nos enfoques, estão a presença dos índios Kayapó, a sua influência na ocupação e a correlação com a colonização da região. A imigração dos povos de Minas, Bahia e São Paulo influíram na modificação da paisagem atual.

No terceiro capítulo, são mostrados materiais e métodos utilizados nas etapas da pesquisa. Demonstra-se a paisagem de Serranópolis inserida no Planalto Central brasileiro de Goiás, para mostrar os sítios como patrimônios históricos e arqueológicos. Já no último capítulo, introduzem-se os resultados de evidências com suas caracterizações da paisagem de Serranópolis. Os motivos das atividades humanas ensejam as significativas correlações históricas até o momento. Os quatro períodos - pré-colonial, grupos Kayapó, colonização e atual - deixaram as marcas das ocupações de forma contextualizada com a paisagem.

Assim, esta pesquisa é importante por dar continuidade a estudos atuais sobre sítios arqueológicos em Serranópolis. Com enfoque nas pesquisas de Schmitz e colaboradores, forma-se a narrativa com base em documentos e evidências. A história se materializa pelo contexto dos objetos encontrados em conjuntos de sítios arqueológicos. Isso infere na produção do conhecimento, já que o passado de um povo está vinculado, de algum modo, à atualidade. As representações pretéritas revelam os usos, a construção e a mobilidade de grupos estudados no presente, como se dá no município de Serranópolis.

Figura 1 - Localização e Delimitação do município de Serranópolis



Fonte: Site do Sieg (2021, *on-line*).

CAPÍTULO 1 - PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO POVO

Neste capítulo, serão estudados vestígios arqueológicos para mostrar as apropriações e as construções da paisagem e como se relacionavam as atividades humanas nas diferentes épocas. Os momentos englobam o período pré-colonial até o atual, introduzindo a corrente Nova História, a identidade do povo e sua cultura, com a discussão de estudiosos sobre o tema.

Para analisar os bens culturais como instrumentos de conhecimento e construção de mundo, observam-se os conceitos de Le Goff (2005; 2011), Certeau (1982; 1995), Chartier (1990; 2002), Sauer (1998) e Burke (2008). Com relação a patrimônio, têm-se os seguintes referenciais: IPHAN (2019; 2020), UNESCO (1972), Constituição federal brasileira (1998) e outros. Para discutir sobre paisagem, território e preservação, são abordados os pensamentos de Le Berre (1992), Raflestin (1993), Criado-Boado (1999) e Horta (1999).

Sobre noção cultural, destacam-se também Michel de Certeau e Pierre Bourdieu, Le Goff e outros. No quesito das representações culturais, essas são produzidas por meio de interesses e motivações coletivas, sendo que o modo de vida, os usos e costumes, as normas e práticas geram padrões na sociedade e a cultura se internaliza como instrumento que proporciona conhecimento ou dominação.

A história apresenta tempo e espaço, sendo lida por meio de documentos, pelos quais “[...] o historiador vai às suas fontes, e, se as formou, deve tê-lo feito no respeito à matéria documental em um trabalho racional e científico” (LE GOFF, 2005, p. 11). Desse modo, destacam-se as definições buscadas no estudo que se baseia em cultura, paisagem, território e patrimônio, temas necessários para essa discussão.

1.1 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E PAISAGEM COMO FONTE HISTÓRICO-CULTURAL

O objeto da história é a paisagem de Serranópolis, que identifica “[...] como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16). A compreensão das relações

entre realidades é inferida em valores e marcas deixadas no tempo e espaço, sendo a representação um modo de instrumentalizar esse conhecimento e a apropriação utilizada na construção de sentidos diversos pelos sujeitos.

Esse entendimento de representação compreende o passado histórico, raciocina-o para a reconstrução do sentido visto pelo historiador. O olhar não é determinado, mas guiado pelo período e pelas fontes elegidas na pesquisa, cuja materialidade demonstra seu resultado, conforme se infere a partir de Chartier (2002). Entretanto, vislumbra-se a variedade de fazer história, em que cada uma contribui para as construções de sentidos. A difusão de conteúdos vincula os registros escritos, ou seja, a transferência da cultura oral para a escrita nas práticas culturais diversas.

Para Burke (2008), a narrativa enfatiza as histórias comuns de pessoas que expressam a cultura e a percepção de vida, de modo a observar as visões de mundo, sendo os conceitos de prática e representação de narrativas fundamentais para compreender diferenças e desigualdades das culturas e reflexões socioculturais. Nessa perspectiva, a história permite a correlação entre áreas de conhecimento, de forma que as fontes tecem a colaboração interdisciplinar das ciências e mantêm o fenômeno estudado em movimento. Tem-se a abrangência de aspectos discursivos e simbólicos socioculturais da paisagem de Serranópolis.

A relação entre paisagem e historiografia tem sido abordada por vários autores, especialmente no contexto da História Ambiental, como Drummond (1991) e Leff (2005). Para Ferri (2017), a análise sobre o passado inclui fauna e flora de certos ambientes e o humano com êxitos ou malogros de reprodução. Outros antropólogos e cientistas já fornecem observações sobre sistemas e ambientes, de modo a há maiores contribuições entre os estudos.

Desse modo, forma-se uma história com base em documentos e evidências arqueológicas. Ela se materializa a partir do contexto de objetos encontrados, inferindo em um tipo de discurso histórico que se volta para a Arqueologia. O pensamento traz que a produção de conhecimento, cujas representações do passado podem revelar os usos e a construção do presente e ainda as mudanças futuras.

Nessa visão, Certeau (1982) observa o historiador como aquele instigado pelo momento, que questiona e problematiza as possibilidades e traz

interpretações das representações da história, sendo que o passado já está consolidado, mas passa por diferentes visões no presente. Seus vestígios fazem os sujeitos conhecerem acontecimentos e normas culturais de maneiras diferentes. O historiador produz verdades limitadas por outras pesquisas históricas, no lugar onde foram elaboradas (CERTEAU, 1995).

Essa percepção é contínua e amplia os horizontes do estudo, em que a utilização de tipos de fontes pode seguir linhas tradicionais ou não, ressaltadas as variadas possibilidades, conforme Le Goff (2011). Por isso, documentos, registros ou evidências são trazidos do passado, cuja viabilidade mostra o que aconteceu em dada época.

O estudo arqueológico é produto de análise e interpretação dessas evidências que foram encontradas e reconhecidas como patrimônio. Para Gonzales-Varas (2003, p. 44), como bens materiais ou imateriais, há “[...] manifestações ou testemunhos significativos da cultura humana”, que configuram como imprescindíveis para a identidade cultural do povo, essenciais para a garantia do patrimônio histórico-cultural.

A Conferência Geral das Nações Unidas (UNESCO, 1972), na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ano de 1972, em Paris, considerou o patrimônio cultural e natural constituído como monumentos, obras, esculturas/pinturas, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas, construções isoladas ou reunidas, que fazem integração com a paisagem.

O IPHAN (2020) reconhece e amplia essa importância como forma de preservação da memória, sendo identidade do povo. O parâmetro legal de proteção foi inserido pela Lei 3.924/1961, ainda vigente, que tem relação com outras legislações que consideram os sítios arqueológicos protegidos, assim como certos locais guardam vestígios de ocupação, tais como: cemitérios, aldeamentos, grutas e outros. As inscrições rupestres revelam atividade humana, pelo que a preservação lhes confere o patrimônio histórico-cultural para a conservação.

Não obstante, a Carta de Lausane, em 1990, fundamentada em seus artigos 1º e 7º, formaliza o conceito de patrimônio arqueológico como porção material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos primários, englobando os vestígios da existência humana e se interessando por

lugares de indícios de atividades. Entende-se como estruturas e vestígios abandonados variados tipos: em superfície, subsolo ou águas, assim como materiais a esses associados. A apresentação desse patrimônio permite o conhecimento das origens e o desenvolvimento das sociedades modernas (IPHAN, 2020).

O assunto foi mais enfatizado pela Constituição federal de 1988. O art. 174 reconhece o dever do Estado em amparar a cultura, sendo que o art. 175 a elenca assim: “[...] obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público”. No art. 215, estabelecem-se os direitos desses bens, enquanto cultura. No art. 216, consta o conjunto de bens materiais e imateriais e outras definições para seu incentivo e preservação:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Dentre esses patrimônios, aqui, o enfoque está no conjunto de bens cujo valor é arqueológico em quatro momentos da paisagem de Serranópolis. Desse modo, o IPHAN (2020) determina que estão sujeitos a tombamento os sítios arqueológicos e paisagísticos, assim como acervos derivados dessas paisagens, sendo bens patrimoniais da União.

Para a legislação, a partir de órgãos públicos, consolida os princípios, os objetivos e os procedimentos de preservação e os registros são feitos como regulamenta o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, havendo também o regimento da paisagem cultural com a Portaria IPHAN 127/2009. Entre passado e presente, estão o sujeito e o patrimônio cultural (SILVEIRA; BONATO, 2008).

Portanto, conhecer a história ultrapassa o simples ato de respeitar objetos ou monumentos. O patrimônio vincula-se a hábitos e expressões culturais do

presente, como se revivendo o passado, atuando na preservação. Essa é patamar da nova construção social do conhecimento, já que o esquecimento da história pode ocasionar experiências danosas à humanidade (VON SIMSON, 2006).

Para Nogueira (2013, p. 97), essas considerações trazem que monumentos e sítios “[...] são fragmentos do cenário do passado, elementos de uma paisagem que sofreu modificações ao longo do tempo, e funcionam como chaves para a reconstituição das sucessivas camadas da ocupação humana”. A gestão do patrimônio fica incumbida de envolver a população no reconhecimento do acervo histórico-cultural como essencial para que a história ainda não revelada não se perca. As ações do poder público devem direcionar a comunidade local para a apropriação desses bens na memória e a consciência traz a responsabilidade de conservação para todo cidadão.

Os projetos públicos incentivam a participação e a preservação na memória do povo, sendo o respeito dessa perspectiva de patrimônio englobado na cultura, em ações educativas do patrimônio cultural. Conforme Assunção (2003), os mesmos contribuem para a formação cidadã de preservação dos bens culturais, uma vez que a memória tem sua transmissão às gerações.

Essa visão está reiterada por Veloso (2006), pois esse tipo de patrimônio reforça o pertencimento do povo ao mundo social contextualizado por diferentes grupos. Compreender as causas e consequências dessas peculiaridades leva as gerações a não só reafirmarem sua identidade cultural, mas também a preservarem o patrimônio para a posteridade.

No concernente à essa preservação, dá-se a educação patrimonial e como seus processos formais enfocam o patrimônio cultural socialmente, reconhecido como recurso para a compreensão sócio-histórica das manifestações, conforme apontam Florêncio e autores (2014). Já de acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999), essa educação é meio de alfabetização cultural, que possibilita a leitura de mundo e infere o universo social, histórico e temporal do sujeito, além do conhecimento e da valorização da herança cultural. O sujeito pode ter, assim, a capacidade de usufruir dos bens do passado, redirecionando saberes e história.

Segundo Simoni *et al.* (2017), a educação acontece por ações que envolvem os indivíduos na preservação do patrimônio, tornando-os sujeitos

identitários responsáveis por esse patrimônio, visto que, para se preservar o patrimônio, é necessário conhecê-lo, entendê-lo e amá-lo.

Na Antiguidade, para algumas culturas, a paisagem se configurava na utilidade e estética. O grupo social atribuía a ela o sentido natural, advindo o estudo sistemático e científico no século XIX, com Alexandre Von Humboldt (MOURA; SIMÕES, 2010). Pensando assim, a conceituação de paisagem traz, sobretudo, os grupos que se constituíram socialmente em um local, modificando, migrando ou integrando-se, conforme diferentes necessidades. Deixaram vestígios conhecidos por meio de estudos arqueológicos.

Na visão holística e harmônica da paisagem (*landschaft*), há associação de elementos naturais e ação humana. As análises abrangem vegetação, clima, solo e meio, como suas singularidades que explicam a paisagem. Ampliando esses estudos, Moura e Simões (2010) abordaram a pesquisa de Ratzel, do fim do século XIX, que introduzia as relações causais que interagem na natureza. Foi vista a concepção limitada de cultura no conceito de paisagem, o que resultou na corrente da paisagem territorial.

Carvalho e Marques (2019) apontaram que, no século XX, surgiram pesquisas enfatizando a relação de elementos que compõem a paisagem. O estudo sobre terra, solo e processos ecológicos derivou de fatores de exploração biológica. Já Sauer (1998, p. 59), em 1925, introduziu a paisagem como resultado da atuação humana na natureza. Essa mostra marcas, ao longo do tempo, de grupos culturais, pelo que a “[...] paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um determinado grupo. A cultura é o agente, a área natural é o meio, e a paisagem cultural o resultado”.

Para a Nova História, a paisagem é vista como patrimônio coletivo herdado do povo daquele território, cuja atuação passada se internaliza. Perpassa a noção de materialidade física, com natureza e espaços reiterados em temporalidades dos grupos sociais (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010). As paisagens carregam em si significados simbólicos, cuja apropriação se dá no patrimônio histórico, considerado bem cultural. Desse modo, a história molda as identidades sociais (ASHMORE; BLACKMORE, 2008), de forma que essas se situam no espaço geográfico, simbolizado na memória e integrado na paisagem.

1.2 A PAISAGEM EM SERRANÓPOLIS E SUA INTEGRAÇÃO

Em Serranópolis, a paisagem construída integra-se em fatores ambientais, sociais, políticos e econômicos para se materializar no campo simbólico. Por meio desse campo, cria-se a realidade da paisagem concebida como produto sociocultural. A objetivação tem caráter material em que o imaginário se inclui na culturalização de espaços ocupados (CRIADO BOADO, 1999).

No quesito ambiental de Serranópolis, tem-se a presença do bioma Cerrado em um mosaico fisionômico (NOGUEIRA, 2015), com a heterogeneidade - campo sujo e limpo, formações savânicas e campestres, floresta semidecidual, árvores retorcidas e litologias, relevo e solos. Situa-se no Planalto Central, sendo o segundo maior bioma brasileiro (RIBEIRO; WALTER, 1998).

Essa característica foi fundamental para a ocupação de populações caçadoras-coletoras (SCHMITZ *et al.*, 1989), pois os recursos naturais eram atrativos. O Cerrado designa vegetação de fisionomia e flora próprias (EITEN, 1994), destacando-se em relação à sua extensão e diversidade. A ocupação da área original era de 2 milhões de km², correspondia a 25% da nacional e 1/3 da biota brasileira (ALHO; MARTINS, 1995). Atualmente, foi bastante reduzida em decorrência principal de atividades agropecuárias.

Já durante o ciclo do café, a paisagem caracterizava-se pelo manejo tradicional da terra. A sua apropriação para a agricultura utilizava-se de técnicas e instrumentos simples, tais como: machado, enxada e tição, para a abertura de campos de queimadas das matas nativas, o que causava empobrecimento e desgaste do solo (HENRIQUE, 2011). Esse fato pode ser visto como “[...] processo de bombeamento dos recursos naturais do solo, com a agricultura extrativa” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 136).

No sentido cultural, o IPHAN (2007) define a paisagem como meio de o sujeito compreender a impressão das marcas, resultando em interação com a história do homem/natureza. A Portaria do IPHAN 127/2009 expõe que essa paisagem tem porção peculiar do território nacional. Suas características intrínsecas são vistas entre grupos sociais. nessa perspectiva, a UNESCO (2009) trata que a paisagem cultural é a propriedade que combina natureza e

indivíduo. A trajetória da sociedade e seus assentamentos mostram a peculiaridade espacial que distingue uma paisagem da outra. Os vestígios materiais são vividos em manifestações culturais de preservação do território.

Desse modo, os grupos sociais atuais encontram respostas para a sua história diversificada nas marcas deixadas por aqueles pretéritos. Compreendem-se que as paisagens culturais se fazem veículos de conhecimento. O produto arqueológico é repositório de experiências reveladoras da identidade do povo, cujo substrato permite entender a história (CARVALHO; MARQUES, 2019).

Nessa perspectiva, pode se dizer que há integração da paisagem com o conceito de território, sendo esse o meio de compreender as formas de apropriação e uso espacial em dada época, de forma que suas delimitações fazem as relações da história do passado com a cultura do presente.

O território indica a parte apropriada pelo grupo, em que nela viveu de modo que definiu sua relação com a natureza. O homem fica atrelado ao seu espaço/território, e, nesse seguimento, Le Berre (1992, p. 610) observa que “[...] território pode ser definido como a porção da superfície terrestre, apropriada por um grupo social, visando a assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais”. A história envolve o tempo, já o território tem relação com tempo, espaço e trabalho. Compreender isso passa pela visão de como a ocupação espacial ocorre de modo a ser percebida naquelas relações (ABRÃO, 2010).

Esse pensamento também é observado por Raffestin (1993), que menciona as relações de poder do indivíduo e do grupo na questão territorial. No espaço, esse poder parece algo integrado ao social. Le Berre (1992) atestou que a porção de terra apropriada pela população assegura a reprodução, de modo a satisfazer necessidades vitais.

O entendimento da história da paisagem de Serranópolis passa pela construção de identidades locais para a compreensão sobre território. Esse foi delimitado como resultante da construção social, tendo a ação coletiva como reguladora de atividades da comunidade (FLORES, 2006). Por isso, o espaço é apropriado e reflete a paisagem/imagem histórico-cultural da população. O território construído revela vivências ocorridas em seu espaço, embora essas se constituam de maneira ampla em determinada região. Observa-se, assim, a forma peculiar de como homens se organizaram em um local.

Portanto, destaca-se a valoração do conhecimento da história, das particularidades regionais e da identidade do povo. O território pode ser visto em si como construção social de relações de poder (FLORES, 2006). Serranópolis foi *locus* ocupado, desde o período pré-colonial, cujas transformações socioeconômicas estimularam a historiografia modificadora ou não do bioma Cerrado. A paisagem pretérita marcou o perfil diferenciado de vários sítios arqueológicos. Das fazendas da época da colonização à atualidade, mudanças ocorreram em áreas de pastagens e agricultura.

CAPÍTULO 2 - HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS

Neste capítulo, apresenta-se o processo de ocupação do município de Serranópolis, desde o período pré-colonial até o momento contemporâneo.

2.1 OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL: GRUPOS DE CAÇADORES E COLETORES

A presença de ocupação na área está bem registrada nos abrigos rochosos em Serranópolis, em que a fase pré-colonial teve início com grupos de caçadores e coletores da fase Paranaíba (Tradição Itaparica), para os quais as cronologias mais antigas obtidas são 10.740 +/- 85 anos AP (GO-JA-14) e 10.580 +/-115 anos AP (GO-JA-01). A subsistência era de caça e coleta generalizada, com característica marcante dos instrumentos líticos plano-convexos, conhecidos por lesmas (SCHMITZ; BARBOSA,1998; SCHMITZ *et al.*, 1989; 2004).

A ocupação posterior, denominada por fase Serranópolis (Tradição Serranópolis), também de caçadores e coletores, ocupou os abrigos rochosos entre 8.500 anos AP e cerca de 6.000 anos AP. Nas camadas estratigráficas relacionadas a essa ocupação, foram encontradas grandes quantidades de moluscos, sendo esses vistos como importantes para a dieta alimentar. O conjunto lítico se caracteriza principalmente pela maior quantidade de lascas em quartzito e arenito, as mesmas litologias utilizadas pelos grupos da fase Paranaíba, porém com formas não características (SCHMITZ; BARBOSA,1998; SCHMITZ *et al.*, 1989; 2004).

Bittencourt (2004) menciona que o relevo em Serranópolis apresenta formas convexas e tabulares, com drenagens intermitentes e perenes, taludes (paredões) e vertentes. Declividades variáveis resultantes da associação entre rochas como arenitos e basaltos favoreceram a formação de abrigos em consequência da erosão de rochas e das quedas de blocos devido, principalmente, ao padrão de fraturamento das litologias. A cobertura vegetal do Bioma Cerrado com fauna, flora e recursos hídricos abundantes fundamentaram o padrão de subsistência dos caçadores e coletores, como discutido por Schmitz e Barbosa (1998) e Schmitz *et al.* (1989; 2004).

Sítios de caçadores e coletores foram identificados nos seis núcleos definidos pelas pesquisas pioneiras. Nas últimas décadas, também se escavaram sítios desses grupos a céu aberto, ampliando a perspectiva sobre a ocupação da área,

conforme mencionado por Resende (2020). Quanto aos grupos de caçadores e coletores, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Botelho *et al.* (2020), Procedino (2019), Araujo (2018), Araujo (2020) e Souza (2020), abordando aspectos de padrões de subsistência, mobilidade, estratigrafia e espacialidade.

Um dos sítios arqueológicos mais salientados é o GO-JA-03, localizado na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pousada das Araras. Esse abrigo tem extensão de aproximadamente 80 m e profundidade entre 6 e 14 metros. Nele, foram realizadas coletas superficiais e quatro cortes estratigráficos, sendo que próximo à camada 10, em cerca de 100 cm de profundidade, obteve-se a cronologia de 9.766+/- 75 anos AP e, na camada 7, a data de 5.720 +/- 50 anos AP. O sítio apresenta rica cultura material e representações rupestres (SCHMITZ *et al.*, 1989; 1997; 2004).

Também se ressaltam os sítios da Gruta do Diogo (GO-JA-01 e GO-JA-02), situados em abrigos rochosos, com representações rupestres (pinturas e petroglifos), em paredes, tetos e blocos caídos. Estão sob a ação dos processos de intemperismo, ou seja, em constante desgaste, sendo uma ameaça à preservação, conforme constatado, por exemplo, com a pesquisa de Resende *et al.* (2020).

O Sítio GO-JA-01 é onde a ocupação está mais bem representada em relação às cronologias entre 10.580 +/-115 anos AP e 925 +/- 60 anos AP - aquelas de caçador e coletor e agricultor e ceramista. A cultura material se mostra principalmente pelos instrumentos líticos (SCHMITZ *et al.*, 1989; 2004).

A Tradição Itaparica¹, mais antigo registro de ocupação, iniciou por volta de 12.000 anos AP - época que coincide com o final do Pleistoceno e início do Holoceno. Foi proposta, em 1960, por Valentin Calderón em um congresso de Arqueologia, no qual se discutiu a dispersão da Tradição Lítica que se estende ao contexto macrorregional brasileiro, na transição Pleistoceno/Holoceno da América do Sul, correspondente ao período de 10.750 - 9.000 AP (SCHMITZ *et al.*, 1978/1979/1980a).

Segundo Lourdeau (2006), a fase Paranaíba foi marcada pela presença de marcadores cronoculturais - instrumentos líticos unifaciais - lascas robustas e as lesmas. Schmitz e pesquisadores (1984) observaram que os artefatos líticos com

¹ Tradição segue três linhas: 1ª compreende categorias de técnicas e decoração cerâmica, restritas a um local; 2ª enfatiza os vestígios materiais e 3ª importa com o meio ambiente na manutenção das tradições. As fases e as tradições da pré-história se definiram com base na quantitativa de atributos nos vestígios cerâmicos ou líticos (RODET; DUARTE-TALIM, 2011).

restos de pigmentos vermelhos encontrados em abrigos e indiciam que a pintura começou sua produção desde essa fase.

2.2 OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL: GRUPOS AGRICULTORES E CERAMISTAS

Os grupos de agricultores-ceramistas ocuparam Serranópolis, na fase Jataí (Tradição Una) - período compreendido entre 1.500 anos AP e início da colonização. Sua presença está registrada em abrigos e áreas a céu aberto. A subsistência baseava-se na agricultura, bem como caça e coleta. Iniciaram a produção de cerâmica da região, ao passo que os instrumentos líticos eram produzidos usando lascas de arenito silicificado (SCHMITZ *et al.*, 1989; 1997; 2004).

Os restos alimentares associados à essa fase compreendem mamíferos, répteis, aves e vegetais nativos ou cultivados como milho, cucurbitáceas e amendoim, além da disponibilidade de recursos do Cerrado, coleta de mel, jenipapo e pequi. A cerâmica produzida é majoritariamente escura, avermelhada, com antiplástico mineral ou vegetal (cariapé²), vasilhames e panelas pequenas e simples, em formas de pratos (VERONESE, 1992).

Em relação à agricultura, de acordo com Schmitz *et al.* (1984, p. 17), havia plantação de roças, sendo estes os produtos principais: milho, abóbora, cabaça, amendoim e algodão. Para a alimentação, os produtos cultivados consubstanciavam com caças, peixes, aves e frutos. Era esse grupo o que “[...] já conhecia e dominava a técnica de fabricação da cerâmica, utilizando a argila coletada nas várzeas com a qual faziam potes e panelas, que serviam para cozinhar alguns alimentos”.

Como mencionado, a produção da cerâmica se sobressai na fase Jataí, a qual passa por preparação com o barro. Os vasilhames e objetos produzidos, como tigelas, panelas, vasos e outros utensílios, serviam para armazenar água e alimentos. Expressam a cultura material que caracteriza a identidade do grupo (COSTA *et al.*, 2018).

Para Funari (2009, p. 4), a cultura material é aquilo “[...] produzido ou modificado pelo ser humano, ou seja, tudo aquilo que faz parte do cotidiano da humanidade, independente do tempo ou mesmo do espaço”. No quesito dessa cultura, na Tradição Una, há a ausência de decoração, vasilhames pequenos,

² Caraipé/cariapé é tempero resultante de cinzas pela queima do córtex de árvores ricas em sílica - gênero *Licania* - comum na Amazônia e no Brasil Central (SOUZA, 1997; CARNEIRO, 2009).

formas globulares ou cônicas, mas o emprego de antiplástico mineral como mica, quartzo, grafite ou feldspato, com o predomínio da cor escura ou avermelhada (VERONESE, 1992).

Em Serranópolis, essa tradição apresenta vestígios de plantas e frutos do Cerrado, com material lítico caracterizado por machados lascados e cerâmicas pequenas (VERONESE, 1992). Nos estudos de Wüst (1990), a Tradição Una se constitui por cerâmicas lisas, pequenas ou médias, com bordas cujo contorno é infletido. Objetos como tigelas são rasos e os potes com gargalo.

A fase Iporá (Tradição Tupiguarani), do grupo agricultor e ceramista, representa a ocupação pré-colonial mais recente da área, identificada em alguns sítios pela cultura material - cerâmica (SCHMITZ *et al.*, 1989; 2004). Os vasilhames dessa fase têm decorações plásticas corrugadas, raspadas e escovadas, de cores preto, branco e vermelho, com o uso de antiplástico caco moído ou mineral (VERONESE, 1992; ROBRAHN GONZALEZ, 1996).

Quanto às representações rupestres, são reconhecidas pela diversidade de temas. De acordo com Schmitz *et al.* (1997), estão relacionadas com a Tradição Planalto, estilo Serranópolis, que se caracteriza por zoomorfos (tatu, macaco, veado, aves, ema, seriema, araras, papagaios e lagartos), invariavelmente representados de modo estático - figuras geométricas, com círculos, elipses, triângulos, retângulos e losangos, além de algumas imagens humanas (marcas de pisadas) (SCHMITZ *et al.*, 1997; GUIMARÃES, 2011). A tabela 1 apresenta as cronologias radiocarbônicas convencionais e calibradas para todos os sítios de Serranópolis, a partir de Schmitz *et al.* (1989; 2004).

Tabela 1 - Cronologias convencionais e calibradas para os sítios de Serranópolis

GO-JA-01 Não calibradas	Calibradas	GO-JA-03 Não calibradas	Calibradas
925 ± 60 AP (SI-3690)	922 (90,1%) – 717 AP 706 (5,3%) – 682 AP	5.720 ± 50 AP (SI-3109)	6.630(87,0%) – 6.390 AP 6.373(8,5%) – 6.316 AP
6.690 ± 90 AP (SI-3691)	7.680 (93,1%) – 7.420 AP 7.382 (1,8%) – 7355 AP 7.350 (0,6%) – 7339 AP	9.765 ± 75 AP (SI-3110)	11.262(64,1%) – 11.061 AP 11.039(3,6%) – 10.999 AP 10.971(27,7%) – 10.781 AP
10.580 ± 115 AP (SI-3699)	12.739 (95,2%) – 12.060 AP 12.029 (0,3%) – 12.023 AP	GO-JA-14 Não calibradas	Calibradas
915 ± 75 AP (N-2346)	924 (95,4%) – 675 AP	10.740 ± 85 AP (SI-3111)	12.732 (95,4%) – 12.700 AP
10.400 ± 130 AP (N-2348)	12.685 (0,3%) – 12.674 AP 12.630 (95,2%) – 11.760 AP		
GO-JA-02 Não calibradas	Calibradas	GO-JA-26 Não calibradas	Calibradas
9.195 ± 75 AP (SI-3107)	10.555(1,0%) – 10.540 AP 10.512(94,4%) – 10.196 AP	8.370 ± 75 AP (SI-5562)	9.525(1,2%) – 9.509 AP 9.493(92,9%) – 9.193 AP 9.103(0,5%) – 9.095 AP 9.047(0,8%) – 9.035 AP
10.120 ± 80 AP (SI-3108)	11.918(0,3%) – 11.913 AP 11.882(95,1%) – 11.276 AP	8.880 ± 90 AP (SI-5563)	10.193(91,8%) – 9.655 AP 9.648(3,1%) – 9.604 AP 9.570(0,6%) – 9.561 AP

Fonte: Rubin *et al.* (2020, p. 1).

Compreende-se, assim, a área de Serranópolis como *lócus* de sobrevivência dos povos pretéritos que viviam sua cultura que se correlaciona com a atualidade. Sua ocupação fornece subsídios para o entendimento da origem dos povos da América (SCHMITZ *et al.*, 1984), mesmo que as informações sejam escassas, em determinados quesitos como ocupações indígenas. De todo modo, a visão apresenta essa e outras populações.

2.3 OCUPAÇÃO DOS INDÍGENAS KAYAPÓ

O estudo dos Kayapó perpassa a ocupação do Centro-Oeste brasileiro, devido à ampliação territorial e ao enriquecimento com a mineração. Depois, com as atividades agropecuárias, a lutas por terras e a escravização causaram violência e outros males. Esse grupo, assim como outros indígenas, esboçava o respeito à natureza. Seu mundo espiritual era celebrado com cerimônias, adornos, danças e pinturas corporais. Os rituais ofereciam especiarias alimentares a divindades, como urucum, açafraão, jenipapo e outras. Sentiam-se livres nas matas, caçavam e pescavam sem as tentativas de sujeição, por não ser acostumados à opressão (CUNHA; BARBOSA, 2018).

A Região Centro-Oeste do Brasil já abrigou diversos grupos indígenas como Xavante, Nhambiquara, Kayapó, Karajá, Caingangue, Canoeiros, Bororos, Tapuias e Suiá (POHL, 1976). Porém, ocorreram as dispersões, devido à chegada de bandeirantes paulistas em busca de minérios e da mão de obra escravizada de indígenas, dizimando aldeias por 12 gerações (SCHMITZ, 1984). Dessa forma, houve a migração dos Kayapó no Centro-Oeste brasileiro. Não obstante, há falta de referências sobre a ocorrência de bandeirantes em Serranópolis.

Os Kayapó ocupantes da Região Centro-Oeste, especificamente Serranópolis, pertenciam ao grupo Gê, de acordo com o Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú (1981). Considera-se que os Kayapó meridionais habitavam o Triângulo Mineiro e áreas correspondentes aos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, à época da chegada dos primeiros colonizadores luso-brasileiros (TURNER, 1992). O primeiro registro histórico sobre o povo Kayapó foi realizado em 1723, pelo sertanista Antônio Pires de Campos, na divisa do Triângulo Mineiro com Goiás (ASNIS; MANO, 2020).

Os Kayapó se dividem em Kayapó do norte, que habitam a região setentrional, e Kayapó do sul, na meridional. Esses, primeiramente denominados por Paraná, são considerados “[...] povo guerreiro, horticultor, caçador e coletor, habitavam o território que atualmente corresponde ao nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, áreas do sul de Goiás, Pirenópolis e Luziânia. Ocuparam também o Triângulo Mineiro e São Paulo” (MOURA, 2006, p. 64).

Para Giralдин (1997, p. 57), o território deles compreendia o “[...] sul e sudoeste do atual estado de Goiás, o atual Triângulo Mineiro, parte norte de São Paulo, o leste do atual estado do Mato Grosso e leste e sudeste do atual Mato Grosso do Sul”. Os Kayapó foram registrados, no início do século XVII, com as bandeiras chefiadas por Bartolomeu Bueno da Silva (MOURA, 2006), sendo essa nomenclatura dada em função da língua Tupi. Significa o que traz fogo na mão, já que o utilizavam em caçadas e guerras. Segundo Chaim (1983, p. 50), também ficaram conhecidos por Ubirajara ou Ibirajara e Bu, Bilreiro ou Caceteiro.

Historicamente, foram dizimados com a colonização, tendo seus territórios invadidos. Era povo combativo e resistente contra a dominação e a violência, com alta capacidade de retaliação, o que se fez obstáculo ao povoamento (MOURA, 2006). Desse modo, a resistência e o protagonismo desse grupo, frente à conquista de seu território, representavam esse obstáculo, fato associado ao discurso de decadência de Goiás (VIEIRA, 2018). Tal discurso foi evidenciado com a superintendência de Bartolomeu Bueno da Silva:

Mas ainda restava vencer um obstáculo, que se oppunha ao aumento da população, que era a fúria dos Cayapós da parte do sul; e do norte os Chavantes, Acroás e Carcabas, que a cada passo faziam roubos, incêndios e mortes, ou por sua congenita ferocidade, ou em vingança dos primeiros sertanistas (SOUZA, 1849, p. 441).

O indígena, segundo Alencastre (1979), era obstáculo à emigração para o território goiano, por ser hostil e selvagem. Os Kayapó eram hordas de selvagens, insaciáveis de vingança, espantando populações que abandonavam trabalhos e casas. Suas habitações ficavam dispostas em círculos, próximas a cursos d’água e perto de florestas e suas plantações. Utilizavam o urucum e o jenipapo na pintura de seus corpos, perfuravam lábios e orelhas e os adornavam com pedaços de pau. O artesanato evidencia o uso de folhas de buriti, principalmente, vistas na confecção

do jucunu (cesto para o transporte de alimentos). Dormiam em jiraus e esteiras e dividiam o trabalho entre homens e mulheres (MOURA, 2006).

Para Chaim (1983), os Kayapó figuravam grupos mais hostis do século XVIII, que sempre entravam contra os povoadores. Os casamentos tinham banquetes e danças, em que se costumavam ferir o peito ou a cabeça até sangrar. Conforme Coelho e Bicalho (2016, p. 7), “[...] o esporte favorito dos Kayapó do Sul era a corrida de troncos, onde troncos de madeira eram colocados nos ombros das pessoas que corriam, alternando, entre indivíduos, até chegar ao ponto determinado”.

A colonização do Centro-Oeste, já evidenciada desde o século XVII, com as bandeiras, provocou o aprisionamento dos indígenas para a mão de obra escrava nas fazendas. Esse fato se agravou com a fase aurífera na região, no século XVIII, ocasionando a expulsão dos indígenas de suas terras, motivo que gerou conflito com os bandeirantes paulistas. Conforme Coelho e Bicalho (2016, p. 7), a mineração durou pouco tempo, iniciando em 1726, cujo auge se deu “[...] na década de 1750. A exploração do ouro atraiu um enorme contingente populacional e deu origem a vários núcleos urbanos em torno das minas, uma vez que, o critério para o aparecimento dos arraiais era o ouro e a água”.

Segundo Alencastre (1863), esses povoadamentos tinham caráter transitório, conforme o fluxo aurífero. Se esse se esgotava, abandonavam as casas e seguiam a novas empreitadas. Palacin e Moraes (1994) afirmam essas formas irregulares e instáveis de vida, gerando a constante mobilidade da população.

Nessa busca do ouro, mudando-se, os Kayapó do sul, da área sul e sudoeste de Goiás, foram repellido, pois contrariavam interesses de exploradores, respaldados pela Coroa Portuguesa. Nesse caso, as entradas expulsaram os primeiros ocupantes da terra, de forma violenta, deixando os Kayapó do sul sob a mira de Bartolomeu Bueno da Silva, que procurava novas minas. A política expansionista lidava com a escravidão indígena liderada, naquele momento, por Antônio Pires de Campos (MOURA, 2006).

Essa realidade somente se modificou no governo de Luís da Cunha Menezes, em 1780. Ele aldeou os Kayapó próximo à Vila Boa, na Aldeia chamada Maria I, Margens do Rio Fartura (CHAIM, 1983). Objetivava-se sujeitar os indígenas à cultura e ao trabalho escravo. Esse aldeamento existiu até 1813, porém, sob a alegação de problemas econômicos, os Kayapó foram transferidos para o aldeamento de São

José de Mossâmedes, cerca de 33 km distante de Vila Boa (CHAIM, 1983) perto da capital, por ter característica de tratamento brando aos Kayapó (MOURA, 2006).

Ataídes (1998), ao estudar os Kayapó do sul, aborda os embates entre colonizadores e indígenas, com algumas reflexões sobre a participação de Damiana da Cunha, indígena desse grupo, no processo de colonização. A partir de pesquisas arqueológicas, estabeleceu-se a correlação da fase arqueológica Mossâmedes com os Kayapó do sul.

Essa política e as dificuldades, devido a aspectos de seca, fome, miséria e epidemia de varíola, levaram os Kayapó do sul e outros indígenas a aceitarem o aldeamento. Em Goiás, foram espelhadas, na nova política do governo português de catequese, a brandura e a aparente pacificação. Mas havia a consolidação da cultura ocidental sobre os nativos. Apesar de o assentamento, esses grupos não habitavam a aldeia em si, pois preferiam morar em casas construídas com palmeiras e palhas, em campos de suas plantações de milho, inhame e batatas (KARASCH, 2017).

Com a decadência da atividade aurífera, as políticas pombalinas enfatizaram que a agropecuária e o comércio seriam bases da economia. Nessa organização, reestruturou o aldeamento, defendendo que garantiriam as necessidades básicas dos indígenas, sendo o cultivo da terra e a venda do excedente da produção destinados para a compra daquilo que não era produzido no local (MORI, 2015).

Desse modo, o declínio da atividade mineradora fez com que a economia se migrasse para a agricultura e a pecuária, interferindo na posse das terras indígenas. Houve conseqüentemente o abandono dos aldeamentos e o posicionamento contrário da política oficial, situação desencadeadora da quase extinção do povo indígena (Alvará de 1811)³ (MOURA, 2006). Foi isso observado também nos apontamentos de Coelho e Bicalho (2016, p. 7):

Embora, a política oficial portuguesa fosse contrária à guerra aos índios aliados e recomendasse o tratamento "pacífico", com "doçura", "catequização" e "civilização", como justificativa de sua permanência na colônia, na prática, os colonos se utilizavam da guerra aos indígenas, porque há uma diferença entre as diretrizes e a relação estabelecida entre Estado, Igreja, colonizadores e povos indígenas.

³ Carta Régia, de 5 de setembro de 1811, aprovava o Plano de uma Sociedade de comércio entre as Capitanias de Goyaz e Pará e concedia isenções e privilégios.

Sobre a identidade cultural do povo Kayapó do sul, suas vidas dependiam das políticas e intenções portuguesas. A trajetória de indígenas não se encontra dissociada da política de ocupação de Goiás, uma vez que as expedições no interior do Brasil fundamentaram a expansão territorial. Não exploravam riquezas para a colônia, mas usufruíam da mão de obra escrava para fazendas e engenhos.

Pereceram muitos indígenas, pois não se submetiam à escravidão. Surgiram as chamadas guerras justas, por um lado, levando à morte de indígenas que não aceitavam a invasão de suas terras e mudanças costumes, por outro lado, teve a amplificação da fé cristã e o povoamento da área (FARAGE, 1991). Nesse período, foram criados os aldeamentos, entre 1741 e 1872, para atenuar os desgastes econômicos gerados na desocupação das terras indígenas, observando que a exploração mineral, a implantação de centros urbanos e as atividades agropastoris fizeram parte do ciclo priorizado na capitania de Goiás, a partir de 1780.

Outro importante aldeamento foi o Carretão ou Pedro III, na capitania de Goiás, às margens do Rio Carretão, em 1788. Sua construção abrigou diversos grupos indígenas, tendo os seguintes principais: Kayapó, Karajá, Xavante e Xerente, havendo também os negros escravizados fugidos. Seus descendentes formaram os tapuios (MOURA, 2006).

Conforme Almeida (2003, p. 11), os indígenas guerreando contra a colonização “[...] foram convencidos a estabelecer relações de paz, vindos a conviver com brancos e negros, falar a língua portuguesa, cristianizar-se, assumindo hábitos que os distanciaram gradualmente de suas origens étnico-culturais”. Deu-se a tomada das ocupações dos Kayapó pelos imigrantes. Nessa perspectiva, os atos violentos de conquistas territoriais se justificaram, frente ao desenvolvimento político-econômico da região (VIEIRA, 2018).

Esse movimento talvez tenha inviabilizado a identificação e a permanência de grupos indígenas em Serranópolis. Mesmo assim, pode se inferir sua passagem, pois o espaço evidencia construções, transformando relações entre a natureza e os humanos, sendo resultado de negociações, agenciamentos e invenções de uma época (ASNIS; MANO, 2020). Por isso, os Kayapó foram relacionados aos povos pré-cabralinos, Tradição Aratu, sem a continuidade entre a etnografia e Arqueologia (SCHMITZ *et al.*, 1982).

Desse modo, os Kayapó, no século XVIII, encontravam-se no período de disputa territorial. Os interesses da Coroa abrangiam a ocupação de terras indígenas

para usufruto dos colonizadores. A tomada de suas posses foi o ponto de partida para a mineração, posteriormente, vindo o plantio de monoculturas e as pastagens. Esse panorama permite compreender a ocupação dos Kayapó na paisagem, sendo história que se configura na população atual.

2.4 FLUXOS MIGRATÓRIOS MODERNOS

Com a aparente decadência aurífera, o café tornou-se a base econômica nacional, marcando o início da nova fase mercadológica. O século XIX caracterizou-se pela redistribuição da mão de obra escrava, a vinda de imigrantes europeus para trabalharem nas lavouras, principalmente, de São Paulo e do Rio de Janeiro (MOURA, 2007). Esse período demarcou o deslocamento de fazendeiros e suas famílias, em busca de propriedades para a plantação e a criação de animais, mesmo que estivessem cobertas por florestas, cerrados ou se habitadas por indígenas (MONBEIG, 1998).

Em meados do século XX, o sudoeste de Goiás vivia sua cultura interiorana, havendo carros de boi. Mas a sociedade buscava a inserção da agricultura modernizada. Essa sociedade era composta essencialmente pelos municípios de Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia e Itumbiara (MELO, 2003).

Houve outra busca modificadora da realidade do Oeste brasileiro que se deu nos anos 1930, com o projeto Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945). Tinha o intuito de ocupar e ampliar os núcleos habitacionais existentes e explorar os recursos dessas áreas. Para tanto, eliminaram-se as barreiras alfandegárias entre estados. Também se instalaram estruturas de transporte (Estrada de Ferro de Goiás) e foi construída a nova capital - Goiânia (MELO, 2003). Mas apenas no governo de Juscelino Kubitschek deu-se a execução do plano viário que interligou o sudoeste ao norte do País (MARTINS, 2014).

Segundo Melo (2003, p. 65), as medidas agrícolas desse período ligadas à política internacional influenciaram, nos quesitos de plantações dos anos 1970. Basearam no uso de maquinário e insumos químicos para as monoculturas. Nas décadas de 1960 e 1970, a implementação de políticas de expansão agrícolas obteve incentivos fiscais e subsídios.

O intuito colocava o Centro-Oeste no desenvolvimento nacional, havendo a modernização do maquinário que atenderia as demandas (CAMPOS, 1994). Foi a

Revolução Verde, de 1950 até meados de 1980, para modernizar o campo. O uso de insumos químicos e biológicos do desenvolvimento de vegetais era para melhorar e aumentar a produção, com a ideia de erradicação da fome (LAZZARI; SOUZA, 2017).

Entretanto, o conseqüente avanço da cultura de implantação tecnológica de larga produção preocupa, devido a impactos ambientais. Os recursos naturais requerem a preservação do solo e da biodiversidade. A discussão sobre a contaminação geral adentra nos seguintes temas: lençóis freáticos, chuvas ácidas, uso de fertilizantes, secas ou inundações, erosões, assoreamento de *corpus* d'água e outros (REZENDE; MAGALHÃES, 2012).

Com relação às novas tecnologias para o preparo do solo e do plantio, sobressaem-se o melhoramento genético de sementes e sua implantação em diferentes regiões e o controle de pragas. A fronteira agrícola da sojicultura do estado avançou na produção de grãos. A potencialização resultou em acelerar economias locais e regionais. Envolve a rotação de culturas de grãos como milho e outros setores - pecuária, suinocultura, avicultura, ração e adubo (BORGES, 2013).

Desse modo, a ocupação do Cerrado no território goiano teve a sobreposição expansionista da pecuária e da agricultura, tendo como fator preponderante a reestruturação das formas de uso do solo com a implementação de tecnologias e as readequações do mercado capitalista. A agropecuária contribui com esse mercado pela dinâmica econômica e agrega um dos maiores rebanhos bovinos e leiteiros do País, e as safras aumentam seus recordes de vários produtos (IMB, 2017).

Quanto à pecuária, no sistema extensivo ou semiextensivo, o centro-oeste goiano mostra-se como fonte principal de alimentos advindos de plantações ou pastagens naturais. Há maior produtividade animal, pelo que intensifica a exploração, sem a prática de adubação do solo (BORGES, 2013). Mas o esgotamento dos recursos minerais e a degradação das pastagens precisam ser repensados, de modo que o extrativismo da ação antrópica não aumente os processos erosivos e a deteriorização do ecossistema.

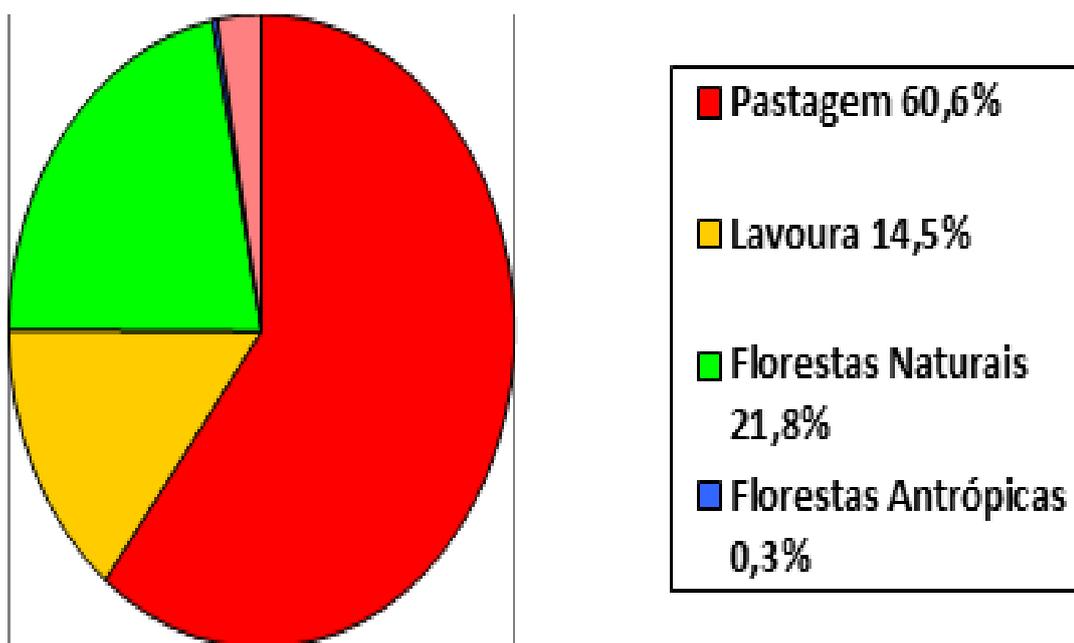
Esse autor defende haver algumas conseqüências da cultura expansionista do campo para o meio ambiente, mencionando que se não houver condutas adequadas, o processo de degradação do Cerrado tende a continuar. A vegetação nativa e as bacias hidrográficas sofrem contaminação decorrente do uso de agrotóxicos e fertilizantes nas lavouras. Advêm as erosões, a perda da

biodiversidade, os ecossistemas naturais em lugar de áreas cultivadas. A concentração da propriedade de terra e o uso massivo de maquinários reduzem postos de trabalho no campo.

A produção de milho, anteriormente focada para a subsistência, também aumentou em função das tecnologias atuais. A colheita mecânica cedeu lugar à modernização com a técnica da irrigação por aspersão. Propiciaram-se a terceira safra e o aumento de criação de animais, para o mercado interno e externo (BORGES, 2013).

Todavia, para a agropecuária em Goiás se consolidar como grande produtora nacional, fez-se necessário a nova configuração no biosistema regional. Restaram menos áreas com cobertura natural de Cerrado e outros biomas, conforme pode ser observado no gráfico 1, do Instituto Mauro Borges (2017).

Gráfico 1 - Utilização do solo em Goiás, 2006



Fonte: Segplan-GO/ Instituto Mauro Borges (2017).

Com relação ao sudoeste goiano, inicialmente habitado por indígenas, esse sofreu mudanças com a chegada dos portugueses, sendo que, com a organização das entradas e bandeiras, a região mostrou-se propícia para a agricultura e a criação de gado. Serranópolis, município de Jataí, teve seu marco ocupacional moderno, após 1880, como aponta Chaul (1988). Desse modo, esse movimento de

imigração discorre sobre a origem dos povoamentos na região, conforme Telles (1995, p. 403):

Desse processo de ocupação e povoamento, resultou que o norte do estado formou-se pelos nortistas e baianos e o planalto, a região sul, a sudeste e a oeste, por mineiros, paulistas e, mais recentemente, por grupos de nordestinos: [...] todo o território goiano no norte e nordeste, quase 400 mil km² de terras, foi povoado através do gado, tangido por nordestinos e baianos, a procura de novas terras e pastagens [...] Levando as suas boiadas pelos campos gerais, seguindo o curso do Rio São Francisco, os vaqueiros da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Ceará atingiram as terras goianas e ali se foram radicando, constituindo áreas culturais que resistem ainda hoje às influências do sul do Estado, onde se localiza a capital, situada a duzentos quilômetros de Brasília.

Os primeiros a habitar Serranópolis foram caçadores-coletores, agricultores e ceramistas e os Kayapó. Mas a descolonização indígena foi iniciada por fazendeiros vindos de Minas Gerais, São Paulo e Bahia que trouxeram pertences, escravos e famílias. As pastagens foram atrativas para a criação de gado, observando também a qualidade das terras para o plantio de café e cana-de-açúcar (LIMA, 2016).

Quanto à estruturação, as fazendas edificadas com sedes grandes e casarões acomodavam os escravizados em porões. Produzia-se de tudo para a subsistência, havendo a plantação extensiva de café e cana-de-açúcar e a criação de gado (LIMA, 2016). O café formalizou-se como produto de exportação, pelo que houve o deslocamento dos diferentes grupos instalados no fluxo contínuo de imigrantes que passaram a ocupar as regiões sul e sudeste de Goiás (CHAUL, 1988).

Os primeiros registros da cafeicultura em Goiás, segundo Campos e Valente (2010), foram realizados no governo de D. Francisco de Assis Mascarenhas. A produção de café foi vista como fonte de renda e superação da crise aurífera. Já a escravidão assumiu dimensões diferentes de outras localidades, visto que a decadência aurífera deu amplitude à economia agropastoril (café, cana-de-açúcar e gado), cenário esse que impulsionava o desenvolvimento do trabalho livre, conforme descreve Sant`anna (2005, p. 23):

Tendo a pecuária alcançado ali relativo êxito, devido às boas pastagens, à abundância de terras e à facilidade de transporte do gado em direção ao mercado consumidor, nas primeiras décadas do século XIX, já se observava a presença das fazendas de criação de gado, espalhadas pelo sudoeste da província e o surgimento, em torno dessa atividade, dos primeiros centros

urbanos como Rio Verde, Jataí, Mineiros, Rio Bonito, Capelinha. Tais condições econômicas impulsionaram o trabalho livre naquela província, onde a relação entre pecuária e trabalho livre revela-se profícua, uma vez que nessa atividade não era necessário o emprego de vários braços como o exigido na extração do ouro. Essa transição no regime de trabalho torna-se visível quando se atenta para a diminuição do número de escravos, processo que ocorre no transcorrer do século XIX.

Com relação à mão de obra e à mercantilização de escravos, em Serranópolis, os negros atuavam na dinâmica produtiva das fazendas, sendo que “[...] um escravo com bom potencial de trabalho custava muito dinheiro. Por isso podia ser considerado artigo de luxo. Tê-lo à sua volta podia significar riqueza e status” (MELLO, 2002, p. 41). Nesse âmbito, surgiu o peão boiadeiro, cuja função era conduzir boiada, comitivas, transportar mercadorias, comercializar gado (ZANCANARI, 2013). O boiadeiro era figura associada às ocupações em diferentes paisagens, de modo que, segundo Melo (2003, p. 28),

[...] foi importante para a mercantilização desta área e para a promoção dos fluxos comerciais inter-regionais. O boiadeiro foi o ponto central no estabelecimento de relações comerciais do sudoeste goiano com Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. Diante das dificuldades, em função da precariedade e mesmo da ausência de estradas interligando o interior de Goiás, e do povoamento incipiente, o boiadeiro foi mais um elemento integrador do sudoeste goiano com outras províncias do que com o interior da província.

A partir dessas relações produtivas e comerciais, Serranópolis era um povoado que se originou em 1918. Compôs-se na pequena vila da região montanhosa, localizada no vale do Rio Verde. O ambiente de Cerrado e chapadões, nomeado por Distrito de Serra do Cafezal, foi chamado assim pela intensa produção de café. Mas, em 1943, com o declínio do café, o distrito foi renomeado por Nuputira, que significa flor do campo em Tupi Guarani. Em 1955, devido a serras e formações pétreas magníficas envolvendo a cidade, denominou-se por Serranópolis (MELLO, 2012). Conservou-se, assim, pela emancipação dada com a Lei Estadual 2.117, de 14 de novembro de 1958 (BRASIL, 1958).

Relembrando que os indígenas habitantes da região, em especial os Kayapó do sul, no início da colonização, foram expulsos por imigrantes que introduziram guerras. Houve mortos ou capturados, levados para aldeamentos oficiais do governo. O fato causou a extinção de várias etnias em Goiás (ROCHA, 2001).

A agricultura de subsistência e a agropecuária nas pastagens se firmaram, sendo que as transformações socioespaciais foram significativas no campo. A paisagem se diferenciou bastante das lavouras de monoculturas de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e outros. Aumentaram as atividades pastoris e se deu o crescimento populacional urbano. O uso da terra se intensificou com a substituição da vegetação original por tendências de grande produtividade para o consumo (CAMPOS, 1994).

Advém daí o discurso sobre agricultores de larga escala que, por um lado, abastecem os mercados internos e externos, porém, por outro, podem causar a degradação ambiental do Cerrado. Do mesmo modo, ocorre o declínio das pequenas e médias propriedades rurais, que se diluem na nova realidade socioeconômica (SIEBEN; MACHADO, 2006). Desse modo, o desenvolvimento da década de 1970, dado pela mecanização na agricultura, figurou extenso plantio de soja e milho para o mercado internacional, havendo a modificação da paisagem (HESPANHOL, 2000).

Tal modificação é percebida, a partir do solo de Serranópolis, que é predominantemente arenoso, associado aos arenitos, exceto as áreas próximas às chapadas elevadas, onde ocorre rocha basáltica, formando principalmente Latossolos, de melhor fertilidade natural do que os solos arenosos. A rede de drenagem é boa e o clima subúmido, sendo as paisagens dominadas por florestas férteis de chapadões basálticos, em grande parte, prejudicadas pela monocultura de café, soja e de cana-de-açúcar. Nas áreas de ruptura do declive, entre as chapadas e os taludes/vertentes, podem ocorrer extensos paredões de arenito-quartzítico, formando alguns dos principais abrigos ocupados pelos grupos pré-coloniais. Atualmente, os chapadões e as áreas mais baixas são ocupadas pela agricultura e pecuária, com relictos de vegetação original (MELLO, 2012).

Em Serranópolis, é visível a erosão em solos - consequência da retirada da cobertura vegetal e da ação das águas pluviais, pisoteio de gado e algumas práticas agrícolas. A região está inserida no contexto da produção primária do estado de Goiás, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 - Participação produtiva de Goiás no cenário nacional

Anos	Bovino	Aves	Suíno	Leite	Ovos de galinha
2002	10,8 (4º)	3,7 (7º)	4,3 (9º)	11,5 (2º)	4,2 (7º)
2014	10,1 (3º)	4,7 (8º)	5,3 (5º)	10,4 (4º)	5,1 (8º)

Produtividade (toneladas por hectare colhido) e produção de culturas selecionadas em relação à produção nacional em 2002 e 2012

Cultura	Produtividade da terra		Produção nacional		Ranking
	2002	2012	2002	2012	2015
Soja	2,84	2,81	12,8	12,8	4º
Milho	4,64	6,47	9,4	11,6	4º
Cana-de-açúcar	80,47	78,40	3,2	8,1	2º

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2016, adaptado) Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas, 2016.

Neste contexto de produtividade serrapolina, a conservação da diversidade biológica presente na região e a sua importância cultural e histórica podem ser constatadas na RPPN Pousada das Araras, como também no Armazém da Cultura e no Museu de História Natural da Serra do Cafezal. A reserva é um dos poucos locais preservados da região de Serranópolis. No local, encontram-se abrigos e grutas, que foram ocupadas por populações pré-coloniais, além de fauna e flora do Bioma Cerrado.

Considerando essa preservação, para valorizar o patrimônio cultural e material da região, em 1993, por meio do Decreto 352, foi criado o Museu de História Natural da Serra do Cafezal. Essa instituição visa documentar e preservar os acervos dos grupos pretéritos e fortalecer a memória e a identidade cultural. Pode

ser fonte de contribuição para a memória coletiva, tema que Halbwachs (1990) discute. Também Schmidt e Mahfoud (1993, p. 293-4) mencionam que

A memória coletiva, para Halbwachs, desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Por um lado, dando vitalidade aos objetos culturais, sublinhando momentos históricos significativos e, portanto, preservando o valor do passado para os grupos sociais. Por outro, sendo a guardiã dos objetos culturais que atravessam os tempos e que, então, podem vir a se constituir em fontes para pesquisa histórica.

O Armazém da Cultura é espaço revitalizado e original, com imenso histórico cultural, construído na década de 1970, para o armazenamento de grãos. É ponto turístico, com efetiva participação da comunidade local, contendo quatro ambientes de fomento a cultura (MELLO, 2012). Nas últimas décadas, esse processo de revitalização tem colaborado para a compreensão da dinâmica regional, assim como a incorporação da importância da cultura, das tradições e do patrimônio público na vida da comunidade (BOTELHO, 2005).

Nesse espaço, observa-se a inserção da alfabetização cultural que possibilita a comunidade fazer leitura de seu universo, além da incorporação do patrimônio histórico-cultural. Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4), a educação patrimonial tem permanente e sistemático

[...] trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

O patrimônio cultural é testemunho dos modos de vida e das crenças de uma sociedade. Os símbolos coletivos de pertencimento e memórias do povo são vistos e vividos. O patrimônio cultural “[...] promove a valorização e a consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço, visto o mesmo possuir significações relevantes por ser parte de sua construção histórica” (TOMAZ, 2010, p. 1). É sinal de luta contra fatores de deterioração e dano da falta de pertencimento da comunidade, abordando a importância da memória e identidade.

CAPÍTULO 3 - MATERIAL E MÉTODO

Neste capítulo, são mostrados os materiais e métodos utilizados nas etapas da pesquisa de campo e gabinete. Têm por essencialidade as amostras que baseiam as discussões de teóricos e os resultados alcançados.

3.1 FASES DA PESQUISA

A atividade de gabinete consistiu na revisão bibliográfica do tema, assim como na análise de conceitos de patrimônio, paisagem, território e gestão, além da leitura de textos acadêmicos, artigos científicos, documentos públicos, legislação e outras fontes que dialogam com o assunto.

Fonseca (2002) admite que a pesquisa se faz com o levantamento teórico, cuja publicação se realiza no enfoque de momentos. Nessa perspectiva, os marcos de pertencimento presentes na paisagem impulsionaram inter-relacionar níveis de conhecimento entre ciências, em que a interdisciplinaridade preenche lacunas e consubstancia com documentos oficiais.

A ocupação sistematizada em análise traz as principais evidências da proposição, sendo diversos sítios na localidade estudada para melhor correlacionar os padrões de assentamento. O estudo dessa paisagem está vinculado a relações associadas ao tempo e ao espaço, em que a paisagem também configura o contínuo desenvolvimento do lugar e a substituição tecnológica (SAUER, 1998).

Após a etapa de pesquisa bibliográfica, a preparação para o campo seguiu com a interpretação e análise das informações, elaboração de mapas e redação do texto. Foram definidos os seguintes períodos a serem considerados na historiografia da paisagem:

- 1) A ocupação pré-colonial, com base nas pesquisas pioneiras coordenadas por Pedro Ignacio Schmitz, configura uma das mais importantes evidências de grupos pretéritos, bem como quais eram as características singulares apresentadas por eles, seu modo de subsistência e o local em que habitavam. Os sítios identificados por Schmitz e colaboradores foram agrupados em seis núcleos (de A até F), mencionados em algumas oportunidades.

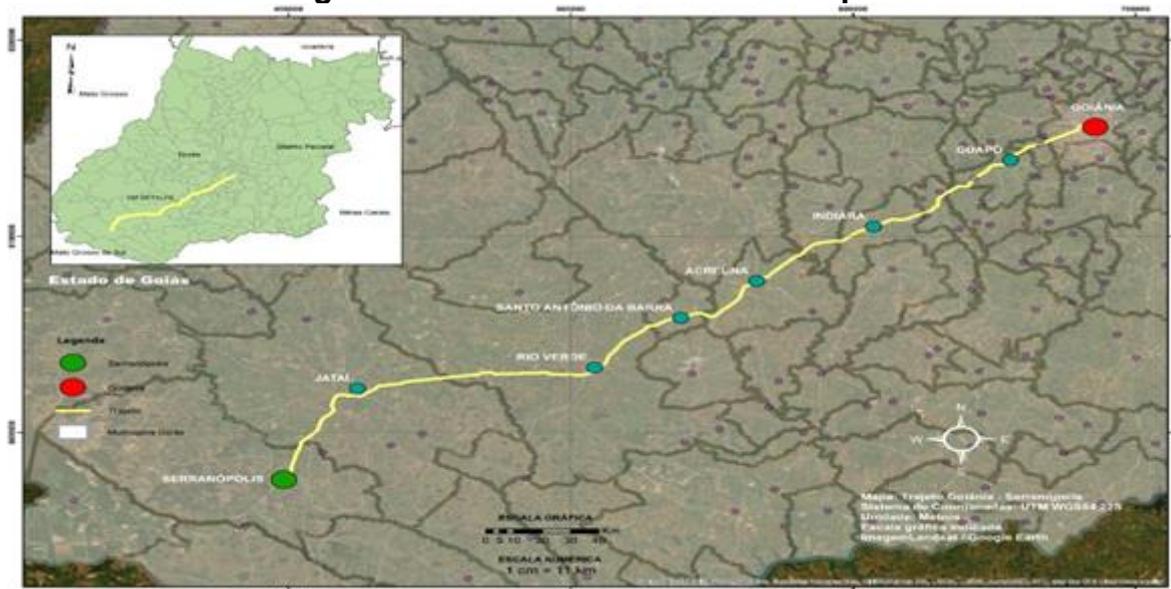
2) A ocupação por grupos Kayapó, conforme o Mapa Etnográfico de Curt Nimuendajú, elucida como eles influenciaram a colonização do sudoeste de Goiás, sendo fator marcante na territorialização do espaço.

3) A chegada dos cafeicultores, no século XIX, aqui, é definida por aquela fase dos fazendeiros voltados principalmente para o plantio do café e a criação de gado. Lima (2016) atesta esse povoamento histórico de Serranópolis, ocorrido entre 1880 e 1890. Deduz-se que a ocupação das terras devolutas por esses imigrantes favoreceu o desenvolvimento e a formação das grandes monoculturas.

4) A ocupação atual tem a base abordada por imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth. A paisagem é o resultado das políticas de expansão governamentais, assim como mudanças socioespaciais definidas pelas atividades produtivas com o uso intenso da terra.

Na analogia dos períodos de apropriação e construção da paisagem, foram abordados como temas centrais da pesquisa, os conceitos de patrimônio, paisagem e território, com fontes diversificadas. A atividade de campo teve etapas que consistiram em duas viagens realizadas para Serranópolis, uma em maio de 2018 e outra em setembro de 2019, juntamente com pesquisadores e bolsistas do Projeto Serranópolis, com o intuito de realizar o levantamento de dados e o registro fotográfico das evidências de ocupações da área nos períodos estabelecidos. Da Capital à Serranópolis, a distância é de cerca de 377 km² (Figura 2).

Figura 2 - Rota de Goiânia a Serranópolis



Fonte: Site do Sieg (2021, *on-line*).

Na pesquisa de campo, a partir das inferências de Lakatos e Marconi (2003), apresentam-se descrições e momentos de ocupação em Serranópolis. Suas relações adentram nos seguintes problemas: como se mostram as paisagens no período de ocupação pré-colonial ao atual no município de Serranópolis? Dentre os momentos pré-colonial, indígenas Kayapó, cafeicultores e imigração e o contemporâneo, que evidências dessas ocupações ainda estão preservadas?

O interesse se volta para os grupos pré-coloniais, os Kayapó e os cafeicultores, aludindo para o período atual. Compreendem-se os aspectos histórico-sociais. A observação é uma das técnicas mais significativas da coleta de dados em que se examinam os fenômenos arqueológicos, por exemplo.

Nessa busca, na primeira etapa de campo, de 4 a 5 de maio de 2018, foi realizado o reconhecimento da área, com registro fotográfico da paisagem (Figura 3). Para tal, estabeleceram-se seis pontos. O destino dessa etapa era a RPPN Pousada das Araras, que possui diversos sítios arqueológicos (Núcleo D, também chamado Manuel Braga), onde se destacam os sítios GO-JA-03 e GO-JA-04, tanto pela cultura material quanto pelas representações rupestres.

Figura 3 - Estrada na zona rural entre Serranópolis e Pousada das Araras



Fonte: Acervo pessoal da autora (2018).

Na segunda etapa de campo, de 7 a 9 de setembro de 2019, as áreas visitadas foram no Núcleo A, mais precisamente os sítios GO-JA-01 e GO-JA-02, esse também conhecido por Gruta do Diogo, e núcleos E (GO-JA-13) e F (GO-JA-

12, GO-JA-14 e GO-JA-15)⁴. Nesse contexto, também foram observadas e fotografadas as sedes rurais os quais se inserem esses sítios. Notou-se que parte da sede da fazenda dos anos 1950 está preservada, além de permitir boa visão da ocupação atual, com criação de gado e lavoura de cana-de-açúcar nos limítrofes da reserva.

Nessa ocasião, também foi visitado o Museu de História Natural Serra do Cafezal, localizado no complexo cultural denominado por Armazém de Cultura. Sua fundação ocorreu em 1993, com o objetivo de preservar as raízes e a história do município, conforme mencionado anteriormente. Seu acervo é composto por peças doadas pelos moradores da região, assim como pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, com as pesquisas arqueológicas. As peças arqueológicas, os artefatos líticos e os fragmentos cerâmicos retratam parte da cultura material produzida pelos grupos pretéritos.

Mello (2012) atesta que o próprio Armazém da Cultura é uma das fontes de saber sobre a paisagem. O prédio foi construído, em 1970, para a indústria de secagem de grão. Após a revitalização, deu-se lugar a esse espaço cultural que, hoje, abriga o museu, a sala de artesanato, o auditório para eventos artísticos e culturais e o bazar voltado para o desenvolvimento do artesanato.

Para a produção das figuras cartográficas com os diferentes momentos de ocupação da área, foram reunidos materiais bibliográficos e imagens de satélite, disponibilizadas pelo Sistema Estadual de Geoinformação (Sieg), pelo IBGE (2020), folhas SE22YB2 e SE22YB1, e pelo Google Earth, além do *software* ArcGIS. Os mapas sobre as fazendas advieram do acervo do *site* do IBGE, que disponibilizou as cartas topográficas de 1972, arquivos SE22YB2 e SE22YB1. Em relação aos grupos Kayapó, mencionou-se o mapa de Curt Nimuendaju, do ano de 1944.

Durante as etapas de campo, as sedes rurais foram fotografadas, com os contextos em que se inserem. A ocupação atual é qualificada, a partir de observações de campo e análises e interpretações das imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth. Chegou, assim, aos resultados que evidenciam a caracterização da paisagem.

⁴ Os sítios arqueológicos de Serranópolis são nomeados de forma tripartide: GO significa Goiás, Ja é Jataí - região arqueológica onde o sítio se insere, depois, tem o número de ordem dos sítios registrados na região.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão trazidas as evidências e a caracterização dos momentos arqueológicos da paisagem de Serranópolis. As significativas dão a compreensão de como se deram as apropriações e construções das paisagens. Os resultados obtidos apresentam os quatro períodos abordados: pré-colonial, dos Kayapó, dos cafeicultores, no século XIX, e o atual. A discussão aborda a paisagem e as ocupações de forma contextualizada.

A paisagem é mostrada, conforme percepção atual, em que se procura identificar e correlacionar as fases definidas às evidências. Faz-se a descrição quanto ao clima, à geologia, a vegetação e a paisagem. O clima tem predominância da estação chuvosa, dos meses de outubro a março. A seca prevalece de abril a setembro, sendo a precipitação pluviométrica anual entre 1.300 a 1.700 mm (SCOPEL *et al.*, 2005).

A geologia de Serranópolis tem predominância de arenitos (rocha sedimentar) das composições Botucatu, Bauru e basaltos (rocha ígnea vulcânica) da Formação Serra Geral. Essa associação possibilitou a criação de relevo em que se destacam chapadas, encostas e vales. Também favoreceu o aparecimento de abrigos rochosos ocupados primeiramente pelos grupos pré-coloniais, conforme mencionado anteriormente (SCOPEL *et al.*, 2005).

A CPRM (2000) destaca os topos tabulares, identificados por chapadas e relevo residual, representados principalmente por morros testemunhos, elementos fundamentais para a estruturação da paisagem. Também há as coberturas detrítico-lateríticas, resultantes de processos de intemperismo, que podem variar quanto à origem, eluviais ou coluviais, as quais ocorrem em algumas encostas.

Os tipos de solos presentes na área estão relacionados às litologias, como apontam Schmitz (1987) e a CPRM⁵ (2008), predominando Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico, Latossolo Vermelho Ácrico, Latossolo Roxo e Podzólico Vermelho-Amarelo, associados aos basaltos e Neossolo Litólico Distrófico e Neossolo Quartzarenico Órtico, aos arenitos (SCOPEL *et al.*, 2005).

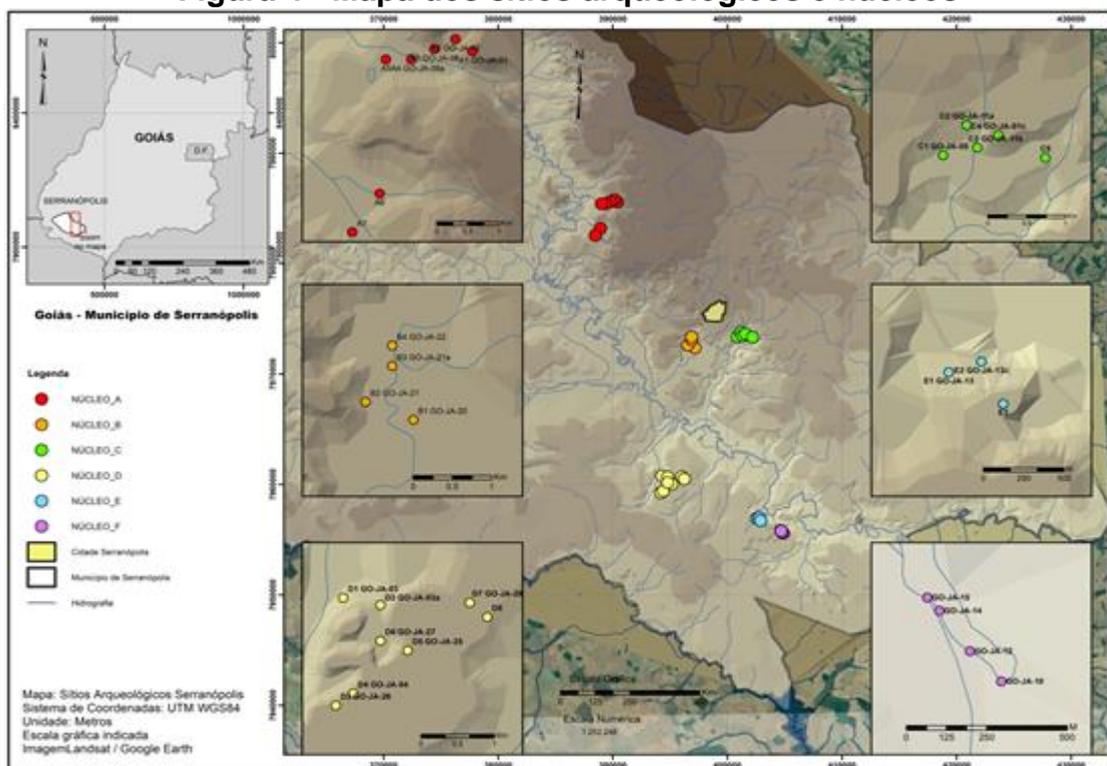
⁵ CPRM é sigla da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, empresa governamental brasileira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem as atribuições de Serviço Geológico do Brasil.

Nesse contexto envolvendo as litologias, a compartimentação geomorfológica e os tipos de solos, além do clima, desenvolveram as fitofisionomias do Bioma Cerrado. Essa cobertura vegetal pode ser associada de duas maneiras: 1) afloramentos de basalto (principalmente Latossolos) - formações florestais de cerradão e mata seca sempre verde - e 2) Neossolos Quartzarênicos resultantes da pedogenização dos arenitos - formações savânicas de Cerrado rupestre e em sentido restrito (RIBEIRO; WALTER, 2008). Esse contexto ou ambiente proporcionou atrativos para a ocupação humana, abordados nos quatro momentos históricos.

4.1 EVIDÊNCIAS DAS OCUPAÇÕES NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

O registro das ocupações pré-colonial (caçadores-coletores e agricultores-ceramistas) está evidenciada em sítios arqueológicos. Esses agregam cultura material (lítico e cerâmica) e representações rupestres, as quais se constituem referências territoriais importantes, uma vez que indicam os grupos que se apropriaram do lugar e construíram paisagens. Seus modos de vida estão inferidos no meio de subsistência, na produção de cultura material e nos aspectos simbólicos. A figura 4 apresenta os sítios arqueológicos cadastrados e estudados inicialmente por Schmitz e colaboradores, mencionando os núcleos.

Figura 4 - Mapa dos sítios arqueológicos e núcleos



Fonte: (SCHIMTZ *et al.* 1997; CNSA/IPHAN, 2020, adaptado).

A imagem da figura 4 possibilita a visualização distributiva dos sítios, sendo que o agrupamento em núcleos indica, inicialmente, áreas preferenciais. Entretanto, quando se detalha os núcleos, é possível identificar que há um espaçamento variável entre eles. Os sítios arqueológicos são marcos na paisagem como referências concretas. As áreas entre os sítios foram de deslocamentos ou territórios ocupados pelos grupos mencionados, as quais também fizeram parte da apropriação e construção da paisagem. Esse tema foi discutido por Corrêa (2012) e Engemann e Oliveira (2011), destacando-se a necessidade de projetos de pesquisa específicos para o assunto.

A paisagem, durante muito tempo, esteve atrelada à concepção de espaço físico, vegetação, relevo e clima. Esse conjunto fornecia apenas dados ambientais, não trazendo percepções relevantes ao tema apropriação e construção da mesma. Mas, ao se analisar a paisagem enfocando elementos naturais e atividades humanas, principalmente a partir da Arqueologia Pós-Processual, a perspectiva de análise se ampliou (CARVALHO; MARQUES, 2019).

Ao perceber as paisagens em estudo, cuja ocupação data de milhares de anos, entendem-se a cultura material e as marcas/evidências dos grupos habitantes

do lugar, com o fluxo ecossistêmico. Esse, ao ser alterado antropicamente, reflete as consequências das ações por um longo tempo. Alguns grupos ou sociedades têm predileção por alguns lugares, retornando quando possível (SCHLANGER, 1992), uma vez que suas características singulares se relacionam com a paisagem (SALDANHA, 2016).

A paisagem, nesse contexto, com vasta variabilidade de caça e frutos, assim como rios e abrigos, inscreveu a presença de diferentes grupos humanos, sua mobilidade ou permanência na região. O espaço era apropriado para o desenvolvimento da cultura dos indivíduos, havendo a adaptação frente às dificuldades impostas pela natureza. Conforme Criado-Boado (1999), a dinâmica ocupacional dependia da relação dos elementos humanos e não humanos, para respaldar a sobrevivência e a feição de fenômenos culturais. Nesse ínterim, a arte rupestre configura-se como resultado da ressignificação e apropriação do espaço, fazendo referência ao mundo vivido (SIMONI *et al.*, 2017).

Os grupos pré-coloniais, os Kayapó, os do período da cafeicultura viram os recursos naturais da área como atrativos para a ocupação. Os solos férteis e a baixa declividade eram favoráveis à instalação de aldeias e ao cultivo. Para os caçadores-coletores, os abrigos e as rochas, com boa qualidade para lascamentos, foram fundamentais para a vida. Nesse contexto, variáveis específicas para cada grupo ou comuns entre eles favoreceram a apropriação e a construção da paisagem em Serranópolis.

4.2 PAISAGEM DA OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL

Considerando as datações não calibradas disponibilizadas por Schmitz e colaboradores (2004), os primeiros grupos humanos chegaram à região por volta de 11.000 anos AP. Eram caçadores-coletores que usaram os abrigos e tinham sua subsistência na coleta e na caça associada ao Bioma Cerrado e aos recursos hídricos, como Rio Verde. Também se utilizaram da matéria-prima local para a produção de artefatos e instrumentos líticos.

De acordo com a perspectiva adotada aqui, esses pioneiros encontraram o ambiente apropriado, iniciando a construção da paisagem (fase 1), dando início ao processo contínuo. Independentemente de como foi a passagem de caçador e coletor para agricultor e ceramista, tema não abordado neste estudo, mas

fundamental para a pesquisa arqueológica, após os pioneiros, a área foi ocupada por agricultores e ceramistas (fase 2). Os grupos da fase 2 instalaram aldeias, separaram áreas de cultivo, confeccionaram vasilhames cerâmicos utilizando argilominerais explorados na região, além de outras atividades relacionadas com seu sistema de subsistência.

Essa sequência de ocupações indica diferentes momentos e características quanto à apropriação e construção da paisagem. A paisagem desse período (pré-colonial) colocou em foco a ocupação de caçadores-coletores e agricultores-ceramistas, cada qual com dinâmicas próprias. As relações entre o meio natural e as ações humanas eram necessárias para a sustentabilidade do grupo.

A história perceptível pela paisagem para esse período está nos sítios arqueológicos e nas representações rupestres (pinturas e gravuras), muitas delas inferindo comportamentos sociais, atividades específicas e relações com a natureza. Quanto à essa questão, as evidências de caçadores-coletores estão presentes nos abrigos, conforme se constatou nas visitas de campo, restando os resultados da pesquisa.

A preservação está relacionada ao fato de que os abrigos são áreas pequenas, relativamente isoladas e não utilizáveis pela agricultura e pecuária, razão pela qual se preservam até hoje. Entretanto, as evidências fora dos abrigos ainda são escassas, com raros sítios a céu aberto, pelo que a maioria já se perdeu.

Em relação aos grupos de agricultores-ceramistas, alguns abrigos apresentam cerâmica, muito reduzida em material lítico de caçadores-coletores. Eles viviam preferencialmente em aldeias, áreas ocupadas posteriormente pela agricultura e pecuária. Esse fato, talvez, explique as limitadas informações sobre esses sítios arqueológicos, sendo apresentadas algumas considerações sobre os sítios.

O Sítio GO-JA-13 (Núcleo E), na Fazenda Muquém, do proprietário Fernando Costa, apresenta material lítico, pinturas e petroglifos (SCHMITZ *et al.*, 2004). Nele, encontram-se impactos de ações antrópicas a montante, como abordado por Rubin *et al.* (2017), que comprometem a sua preservação. Destaca-se, em seu contexto, um curso d'água que cai como um véu na parte da frente do abrigo. No deslocamento ao sítio, também são visíveis os impactos na paisagem em decorrência dos processos naturais e antrópicos (Figura 5).

Figura 5 - Entrada do Sítio Vêu do Muquém (GO-JA-13)



Fonte: Acervo Projeto Serranópolis (2019).

Na fazenda cujo proprietário era Diogo Lemes Lima, quando das pesquisas pioneiras, sobressam-se os sítios GO-JA-01 (Figura 6) e GO-JA-02 (Figura 7) (Núcleo A), em abrigos rochosos, com uma rica cultura material, especialmente de grupos caçadores-coletores das fases Paranaíba e Serranópolis. O Sítio GO-JA-01 também se destaca pelas representações rupestres, cronologia entre 10.580 +/- 115 AP e 925 +/- 60 AP, não calibradas, e pela presença de enterramentos humanos (SCHMITZ *et al.*, 2004).

Ambos estão sendo impactados por ação antrópica e efeitos naturais que ocorrem a montante e a jusante, conforme Resende *et al.* (2020). Dão-se especialmente em decorrência de perdas de solos e processos erosivos associados ao desmatamento e à atividade agrícola, bem como pelo pisoteio do gado. O escoamento pluvial impacta as representações rupestres, causando fraturas na rocha.

Figura 6 - Vista parcial do abrigo GO-JA-01



Fonte: Acervo Projeto Serranópolis (2017).

Figura 7 - Abrigo sob rocha na Gruta do Diogo (GO-JA-02)



Fonte: Acervo Projeto Serranópolis (2017).

Atualmente, os dois sítios estão na lista dos lugares mais visitados em Serranópolis. Seu fluxo é um problema quando os sujeitos não estão acompanhados

pelos guias cadastrados, pois muitos visitantes depredam os mesmos e chegam a levar vestígios arqueológicos.

O Núcleo D, também conhecido por Manoel Braga, na Fazenda Bonito (Pousada das Araras), apresenta vários sítios, sendo o mais reconhecido o GO-JA-03. Trata-se de um abrigo sob rocha com um conjunto vasto de pinturas e petroglifos. Nele, obtiveram-se duas cronologias não calibradas, 9.765 +/-75 anos AP entre 2,10 e 2,20 m de profundidade e 5.720 +/- 50 AP entre 1,5 e 1,6 m de profundidade (SCHMITZ *et al.*, 2004). Foi construída uma passarela de madeira para evitar o contato direto dos visitantes com os vestígios arqueológicos e, assim, melhor preservar o local. Como já citado, encontra-se na RPPN Pousada das Araras (Figura 8).

A área faz parte do turismo agroecológico de Serranópolis, sendo uma das melhor preservadas. Entretanto, de acordo com Rubin *et al.* (2017), há a pressão exercida pelas atividades agrícolas no entorno dos sítios desse núcleo e o comprometimento da paisagem construída pelos grupos pré-coloniais que ali viveram.

Figura 8 - Passarela do abrigo da Pousada das Araras (GO-JA-03)



Fonte: Acervo Projeto Serranópolis (2019).

No Núcleo F, destaca-se o Sítio GO-JA-14 (Figura 9), sendo um abrigo sob rocha com objetos líticos (fases Paranaíba e Serranópolis) e cerâmica (fase Jataí), pinturas e petroglifos, além de enterramentos humanos. Nesse sítio, foi obtida a datação radiocarbônica mais antiga: 10.740 +/- 85 anos AP na camada 12 (SCHMITZ *et al.*, 2004).

Figura 9 - Abrigo presente na fazenda Monte Alegre (GO-JA-14)



Fonte: Acervo Projeto Serranópolis (2019).

Nessa visão, destacam-se as pinturas e gravuras que representam a vivência dos grupos, o *habitat*, as atividades, a alimentação, as escolhas, a história dos ocupantes e a relação de afetividade e/ou solidariedade dos que se reuniam no espaço (SCHMITZ, 1997). Observando essa amplitude, a arte rupestre é um vestígio arqueológico que possui intencionalidade (ETCHEVARNE, 2007).

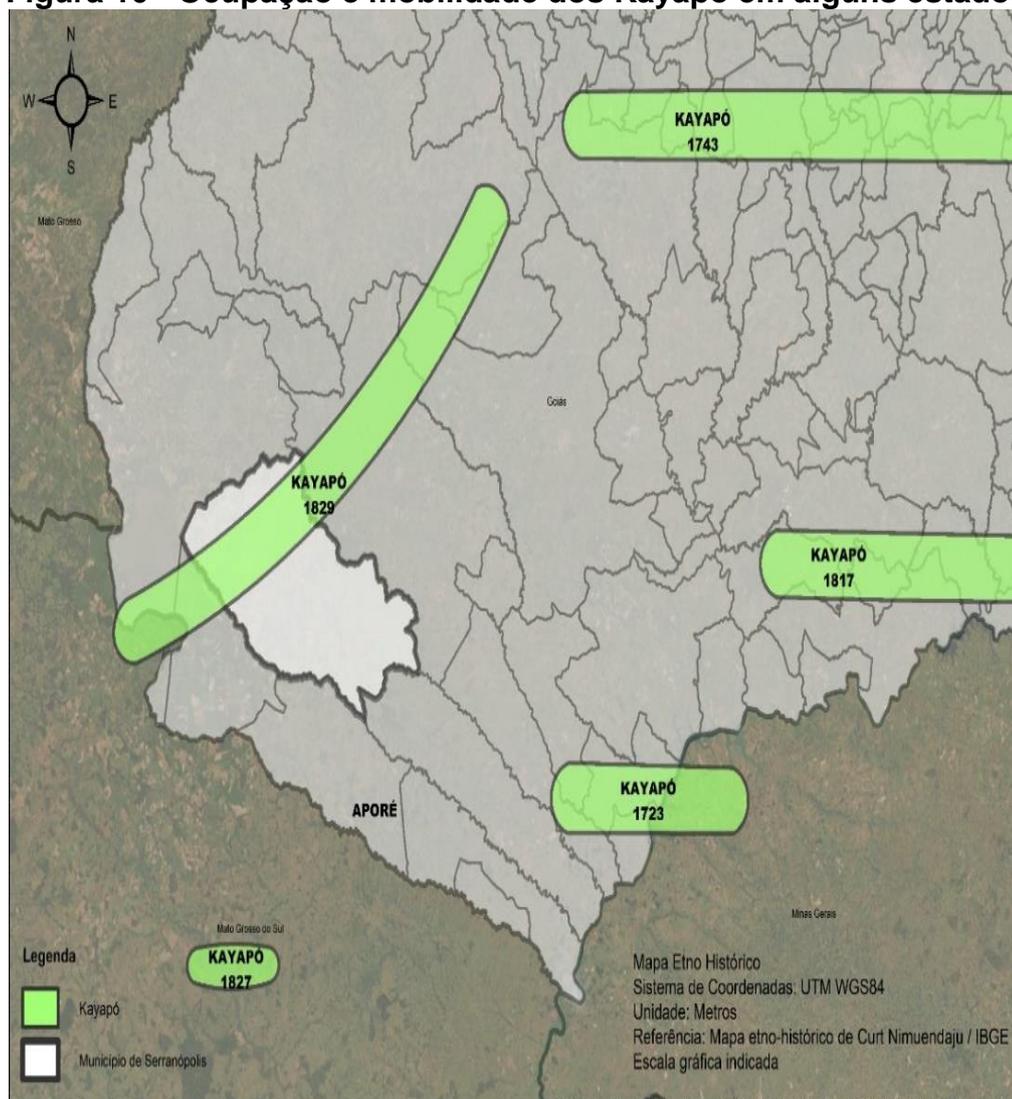
Essas imagens, hoje, patrimônio deixado pelos povos pretéritos, são a base do turismo arqueológico em Serranópolis. Asseguram a todos os indivíduos o acesso à base fundamental de sua história. O patrimônio arqueológico se posiciona como elo entre o antigo e o atual, gerando novas possibilidades regionais de renda para a economia (SCATAMACCHIA, 2005), garantindo a preservação de sítios e monumentos.

A partir de considerações estabelecidas historicamente, são feitas as correlações entre caçadores-coletores e agricultores-ceramistas na apropriação e construção da paisagem. Cada um, com suas especificidades, correlacionou com a paisagem apropriada e construída pelos grupos anteriores. Nesse caso, o segundo momento agrega novos elementos, mantendo ainda os da ocupação primeira. Seria uma nova paisagem? A paisagem é dinâmica, por ação antrópica e questão natural, sendo estabelecidas novas paisagens, mesmo que a ocupação não seja claramente evidenciada como ocorreu com a presença dos Kayapó na região.

4.3 PAISAGEM DA OCUPAÇÃO DOS GRUPOS KAYAPÓ

Os Kayapó possuem uma forma de relacionar com a natureza caracterizada pela mobilidade. A figura 9 indica que estiveram circulando em alguns estados, desde 1823. A temporalidade varia até 1829 em que se estabeleceram suas aldeias, apropriando-se e construindo paisagens anteriormente ocupadas por grupos pré-coloniais (MORI, 2015).

Figura 10 - Ocupação e mobilidade dos Kayapó em alguns estados



Fonte: (IBGE, 2020, p. 1, ID:14278, adaptado de Nimuendaju, 1981).

A ocupação dos Kayapó do sul abrangeu o território goiano, além de regiões adjacentes de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo. Na figura 10, constata-se essa mobilidade, com as indicações temporais da sua presença em Serranópolis. Essas evidências dos Kayapó ainda não estão bem caracterizadas, sendo o Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú (1981) apenas uma referência. O grupo ocupou áreas próximas a cursos d'água e biomas como Cerrado e matas de galeria (ATAÍDES, 1998).

A ausência ou a escassez de informações sobre a presença Kayapó na área de pesquisa pode se enquadrar no que Nascimento (2016) identifica como silêncios da memória. Mas tem-se, mesmo assim, sua historiografia, de modo que Ataídes (1998) menciona as práticas de cultivo dos Kayapó do norte e destaca que as

lavouras dos Kayapó do sul produziam principalmente milho, inhame e batata. A produção de cerâmicas era de caçadores e possuía complexidade sociocultural. Suas habitações apresentavam um padrão circular, cujas características indicam a paisagem, de acordo com suas necessidades. Os Kayapó do sul apontam as evidências das presenças de caçadores-coletores e agricultores-ceramistas.

Levando em consideração as semelhanças de padrões de subsistência, os Kayapó se aproximam dos agricultores-ceramistas pré-coloniais e, no caso de reocupações de áreas, as evidências de uma e outra podem ter sido produzidas no mesmo local. Na ocupação de espaços diferentes, mas com as mesmas características ambientais, evidenciam-se apropriações e construções de paisagem com semelhanças, devido aos padrões de subsistência dos grupos citados.

Alguns autores abordam a possibilidade de correlação entre a fase arqueológica Mossâmedes e os grupos Kayapó do sul, como Ataídes (1998). Mas o tema é complexo e ainda se encontra em aberto para pesquisas específicas. Já Brito Melo (2012) menciona que, conforme moradores de Serranópolis entrevistados por ela, no período da colonização, os índios foram expulsos da região, de forma violenta. Houve os aprisionados e levados para São Paulo, ao passo que outros seguiram para aldeamentos.

De acordo com Giralдин (2001, p. 57), o contato dos Kayapó se originou, especialmente, a partir da criação da capitania de Goiás, sendo que no “[...] processo de invasão do território, os garimpeiros entraram em contato com os diversos grupos indígenas da região como os Goiá, AKroá, Xerente, Xavante, Xakriabá, Karajá e Kayapó, todos grupos da família linguística Jê, ou Macro-Jê”. As áreas ocupadas pelos Kayapó do sul cobiçadas vieram a ser tomadas violentamente para as fazendas cafeeiras, uma vez que, em Serranópolis, a mineração foi ausente ou insignificante (COELHO; BICALHO, 2016).

Tem-se que a falta de evidências a respeito das ocupações de aldeias seja decorrente da invasão, por terem sido destruídas ou mascaradas pelas atividades da nova paisagem que foi se estruturando. Também pode estar relacionada à expansão paulista de captura de mão de obra escrava, o que tornou comum o aparecimento de escravizados indígenas, frutos da denominada guerra do extermínio, como observado por Souza Pequeno (2004), em seus estudos sobre a trajetória da reivindicação da terra pelos Kayapó.

Mori (2015) atesta a pressão exercida pelos não indígenas sobre os Kayapó do sul que, após conflitos violentos, resultou no aldeamento. Desse modo, a busca por terras compreende o declínio da mineração no estado de Goiás e o aumento das atividades econômicas ligadas ao campo, à agricultura e à pecuária. O novo modelo tomou a frente da expansão econômica.

Nesse momento, a ocupação das terras pertencentes aos Kayapó repercutiu nos conflitos violentos pelas partes (COELHO; BICALHO, 2016). Utilizando-se mapas topográficos e imagens de satélite, identificaram-se áreas ideais para a localização das aldeias Kayapó, com baixa declividade, solo de boa fertilidade natural nas proximidades, além de recursos hídricos e proteção. Alguns locais foram visitados, entretanto, não se identificaram vestígios concretos de ocupação, restando a memória de moradores que relatam tal fato.

Essa questão ocupacional dos Kayapó ou da apropriação e construção da paisagem, mesmo tendo ocorrido sobre aquela construída pelos grupos pré-coloniais, deixou as suas marcas, mesmo vistas de forma invisibilizadas ou mascaradas pelo tempo. Teriam sido destruídas intencionalmente ou não por ocupações posteriores? Para essa indagação, novas pesquisas caberiam ser feitas, porém, a paisagem insere os Kayapó na região e mostra a representação do passado.

Na sucessão das paisagens, atividades mencionadas impactaram ou destruíram as evidências, principalmente, de agricultores-ceramistas e dos Kayapó, mantendo os abrigos de caçadores e coletores, pelas razões já abordadas, o que faz desse momento um corte significativo da paisagem. A linearidade historiográfica deixa lacunas, conforme se infere Correa (2012), contudo, possíveis de serem complementadas, para que fatos sejam reconhecidos.

4.4 PAISAGEM DA IMIGRAÇÃO - CAFEICULTURA

A paisagem apropriada e construída pela imigração de cafeicultores, em Serranópolis, teve como atrativo o relevo plano (chapadas) e o solo fértil, já mencionados, semelhantes aos dos municípios de Rio Verde e Jataí, só que em menor proporção. Serranópolis tem parte do seu solo constituído de Neossolo Quartzarênico, originado do arenito, com baixa fertilidade, pouco estruturado e com alta aptidão de formar processos erosivos. Com o tempo, verificou-se essa

heterogeneidade, quando então a pecuária se tornou mais intensa, resultando em processos erosivos como sulcos, calhas e ravinas nos espaços com Neossolo. As lavouras se instalaram predominantemente em áreas planas e de solos férteis - locais atrativos para as aldeias de agricultores-ceramistas pré-coloniais e Kayapó.

Para o estado de São Paulo, as fazendas cafeeiras são resquícios do ciclo do café que recontam uma parte da história. Casas imponentes foram feitas a base de adobe, tramas de madeira, barro e toras de aroeira. As sedes possuem planta retangular, com telhado de quatro águas, várias janelas amplas. Do lado externo, um cruzeiro como marca religiosa familiar, sendo o pátio controlado por portão que, em outros tempos, eram utilizados para secagem de grãos, guarda de animais e jardim (BENICASA, 2007). Essa descrição relacionada ao estado de São Paulo se repetiu em parte na região de Serranópolis, só que com edificações mais modestas.

Conforme a plataforma da Câmara Municipal de Serranópolis (2020, *on-line*), nas décadas de 1880 e 1890, fazendeiros do município de Ituiutaba, Minas Gerais, foram atraídos ao local “[...] pela ótima qualidade das terras para a cultura do café, então a principal riqueza agrícola da região, assim como pelas boas pastagens para a criação de gado”. Algumas sedes de fazendas detêm preservados os registros fotográficos, além de relatos dos mais antigos moradores do município. Formaram-se fazendas agropecuárias que desmataram a vegetação de Cerrado, araram os solos e colocaram o gado de modo extensivo.

Na Fazenda Bonito, a RPPN Pousada das Araras, reconhecida pelo IBAMA, Portaria 173-N, de 24 de dezembro de 1998, faz parte do corredor ecológico do Cerrado, uma vez que se localiza na microbacia do Rio Verde, além de ser uma zona de tampão da Unidade de Conservação do Cerrado Parque Nacional das Emas (SOUZA, 2009). Conforme Nogueira (2013), a pousada possui extensão de 175 hectares de vegetação, sendo 50% caracterizado por cobertura arbórea densa. Nela, observa-se parte da sede antiga, além de sete sítios arqueológicos do Núcleo D estabelecido por Schmitz *et al.* (2004), dos quais já foi citado anteriormente o Sítio GO-JA-03.

A pousada atual foi construída em 1994, com a infraestrutura que comporta atividade turística de visitação (ecoturismo) aos sítios arqueológicos, além de educação ambiental. Recebe esse nome por causa da representação de uma possível arara em um dos paredões de pinturas rupestres no GO-JA-03. Na atualidade, a presença de araras vermelhas é constante na reserva (Figura 11).

Figura 11 - Araras vermelhas presentes na RPPN



Fonte: Acervo pessoal da autora (2018).

O turismo arqueológico ou cultural se fundamenta no potencial ecológico, com sítios arqueológicos e vestígios de culturas passadas. Tem por objetivo valorizar e preservar o patrimônio da região, fortalecendo o sentimento de identidade e territorialidade, memória coletiva e pertença da comunidade, sempre protegendo esse legado cultural para gerações (SOUZA, 2012). Segundo Pereira e Figueiredo (2007), a natureza e a cultura são produtos símbolos de identidade e territorialidade. Por isso, essa forma de turismo tem intuito de contribuir para a manutenção e proteção dos sítios, quanto à busca pelo conhecimento (SCATAMACCHIA, 2005).

Em Serranópolis, a pousada realiza seu programa de forma planejada, tendo um guia, capacitado pelo SEBRAE, especialmente alocado para orientar e transmitir informações a respeito do patrimônio e do bioma Cerrado que circundam o local. A sede atual está equipada com sala para conferências e gestão patrimonial, para desenvolver o sentimento de pertença da comunidade relacionado com o seu passado.

Considera-se o turismo que já era considerado pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS, 1976, p. 1-2) quando, em suas considerações na Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, fundamentou que o patrimônio natural e cultural pertencia a toda humanidade e que seu objetivo era “[...] promover os meios para salvaguardar e garantir a conservação, realce e apreciação dos

monumentos e sítios que constituem uma parte privilegiada do patrimônio da humanidade”.

O turismo arqueológico abrange a visitação e as atividades de educação patrimonial nos sítios arqueológicos e monumentos e também os locais dos vestígios materiais representativos de sociedades passadas (SOUZA, 2012), tal como: o Museu de História Natural Serra do Cafezal. O patrimônio arqueológico imputa-se como elo entre presente e passado, protegendo tradições e cultura. A gestão do patrimônio gera empregos e aumenta a renda do município e da comunidade além de promover discussões sobre o patrimônio cultural (SCATAMACCHIA, 2005).

A pousada é um lugar de memória da paisagem pré-colonial, dos períodos da cafeicultura e da fase contemporânea. Comporta elementos dos três períodos de ocupação mais o dos Kayapó. Desse modo, o local perpassa a história de grupos com suas paisagens, guardando os vestígios arqueológicos.

A Pousada das Araras (figuras 12 e 13) apresenta a sede, em dois momentos: a antiga e a atual. Essa última está renovada com infraestrutura para o turismo arqueológico. A outra não preservada mostra a desestruturação devido à falta de investimento neste setor.

Figura 12 - Pousada das Araras - parte da antiga sede



Fonte: Acervo pessoal da autora (2018).

Na figura 12, tem-se parte da sede antiga da pousada, que fica do lado da construção nova (Figura 13). A anterior não foi demolida como forma de preservação para mostrar como era sua estruturação comparada à atual. Ela não é aberta ao público, devido ao mau estado de conservação. Por observação e informações prestadas pelos proprietários da pousada, tratava-se de uma edificação rústica.

De acordo com Benicasa (2007), as sedes rurais desse período, geralmente, foram erguidas com madeiras, retiradas da mata local, cujas lascas eram aproveitadas para confeccionar os cercados. Essa estrutura arquitetônica foi muito utilizada pelos fazendeiros advindos de Minas Gerais.

Figura 13 - Pousada das Araras - sede atual



Fonte: Acervo pessoal da autora (2018).

Nessa nova sede, encontram-se objetos antigos, representativos dos usos cotidianos da época. Ainda bem-preservedos, são mantidos, na maior parte, como decorativos que contam sua própria história. Esses objetos retratam a memória e a cultura de grupos, figuradas em seus utensílios.

Figura 14 - Objetos antigos em exposição na Pousada das Araras



Fonte: Acervo pessoal da autora (2018).

Na Figura 14, os objetos estão na área privativa do restaurante da Pousada das Araras. Novamente, percebe-se a presença das araras na imagem pictórica estampada acima dos utensílios domésticos. Grande parte desses itens foi feita de cabaça, sendo produtos reutilizados, cuja matéria-prima é encontrada no Cerrado.

A cabaça é um objeto representativo não só da cultura colonial, servindo para armazenar água, frutos ou outros produtos alimentícios. Com esse material, são feitos diferentes utensílios: jarras, tigelas, moringas, bacias de banho, copos, colheres, instrumentos musicais, chocalhos. Também representa a cultura de povos pretéritos e indígenas. O recipiente é natural, leve, encontrado em abundância no centro-oeste do Brasil (BASTOS, 2010).

Um dos primeiros registros do uso da cabaça pelos indígenas no Brasil está nos escritos de Pero Vaz de Caminha: “Então se começaram de chegar muitos (índios). Entravam pela beira do mar para os batéis até que mais não podiam; traziam cabaças de água, e tomavam alguns barris que nós levávamos; enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis” (BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA, *online*).

Na figura 14, aparece o carro de boi⁶ do início da cafeicultura, usado para carregar mercadorias, alimentos e até pessoas para locais distantes. Trata-se de

⁶ “Na paisagem rural, ouvia-se a cantiga dolente do ranger do carro, o apeiramento da boiada mansa e resignada, o velho e fiel companheiro de trabalho. Rústico, pesado, vagaroso, mas seguro e

vestígio material da apropriação e construção da paisagem. Em outro momento, também era utilizado para arar e revolver a terra destinada à produção de café e de outras plantações. Por isso, esse carro foi elemento de integração entre o homem e a atividade econômica local (MACHADO, 2006).

Nas figuras 14 e 15, os objetos mostrados estão em exposição na área comum do restaurante da Pousada das Araras. Esses pertences são quase todos de ferro fundido, bastante pesados e com anos de durabilidade. Entre esses itens, o pilãozinho é ainda hoje usado em muitas cozinhas brasileiras, sendo parte da história antiga vinda para a atualidade. Os objetos e os equipamentos trazem em si a identificação das atividades dos grupos correlacionados.

Figura 15 - Objetos de uso cotidiano



Fonte: Acervo pessoal da autora (2018)

A sede da Fazenda Maria Bárbara - um dos acessos à Gruta do Diogo (Núcleo A dos sítios arqueológicos) - também é uma representação singular do período cafeeiro (Figura 16).

Figura 16 - Sede da fazenda Maria Bárbara



Fonte: Acervo Pessoal da Autora (2019)

A Fazenda Maria Bárbara é um marco de poder e representatividade do grupo social. Está ocupada ocasionalmente pela família do proprietário. De acordo com Campos (2015), ela se estabeleceu pelo casal Cândido da Costa Lima e Maria Bárbara de Lima, sendo que a primeira sede construída por volta de 1898 e a atual em 1909. Esse casarão do século XIX já abrigou e hospedou o líder da Coluna Prestes⁷, Luiz Carlos Prestes, em 1924, quando percorreu Goiás (XAVIER, 2014). Em sua estrutura, possui a estrada antiga de carro de boi, um pomar e objetos antigos (MELO, 2012).

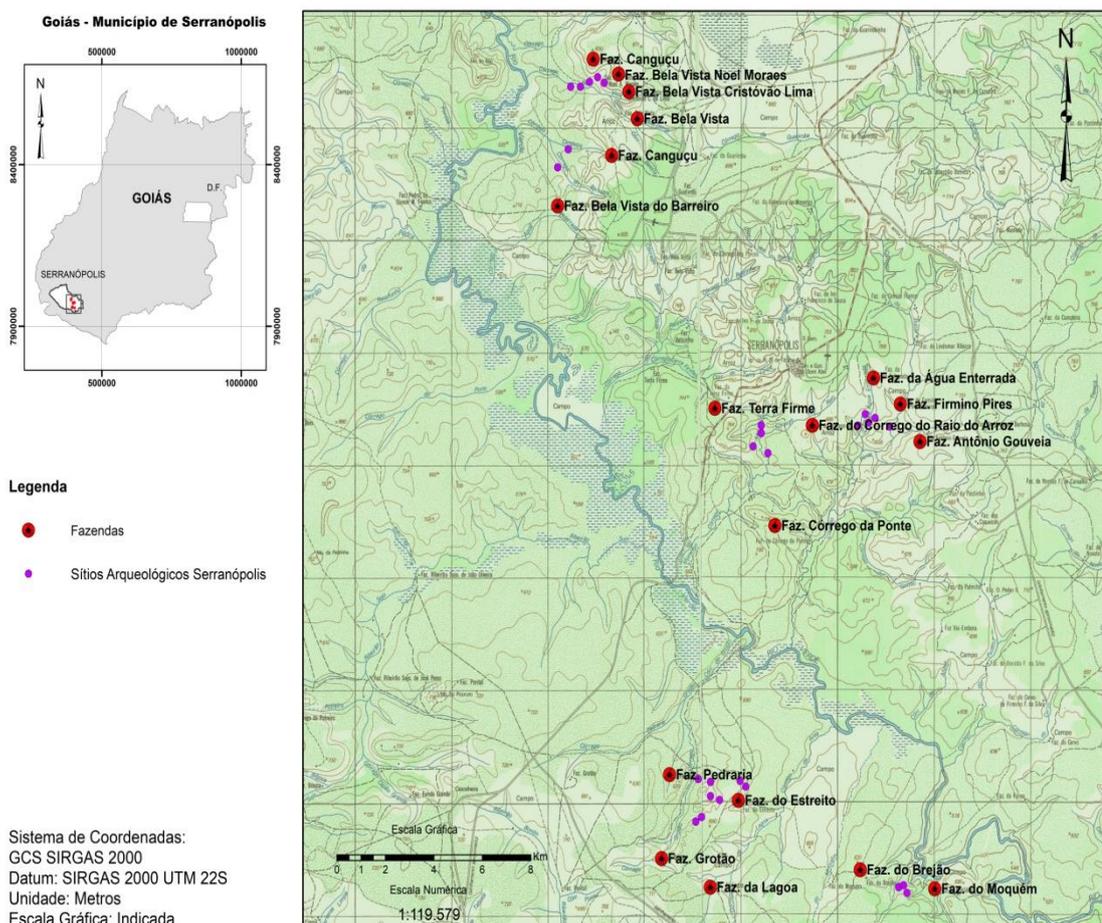
Essas e outras fazendas apresentam sua significância quanto à ocupação de momentos históricos. A arquitetura cafeeira, no século XIX, manteve-se vinculada à arquitetônica dos engenhos, com tipologias de casas feitas como sobrados ou simples térreas e com espaços internos segregados, sendo herança da cultura regional (SILVA, 2006). As casas de alvenaria eram similares na pintura de cores fortes, como construções portuguesas (COELHO, 1996).

A figura 17 situa as sedes de fazendas, no mapa topográfico da Divisão de Serviço Geográfico do Exército da década de 1970, associadas ao momento da cafeicultura. Os sítios arqueológicos também estão inseridos para a visualização de

⁷ Movimento militar revolucionário da marcha em estados brasileiros, de 1925 a 1927, objetivando mudar a política (CARVALHO, 2015).

dois momentos da construção da paisagem. As evidências de ocupações dos agricultores-ceramistas e Kayapó podem ter sido destruídas.

Figura 17 - Sedes das fazendas cafeeiras e sítios arqueológico



Fonte: (IBGE, 2020, *on-line*).

O terceiro período é o mais intenso em relação aos anteriores. Nesse, as questões ambientais e culturais ficavam em segundo plano. Para a cafeicultura, o desmatamento foi intenso, geralmente em áreas planas e solos férteis. Na década de 1970, iniciaram-se as pesquisas arqueológicas na área, principalmente dos abrigos.

Nessa perspectiva, o impacto nos sítios arqueológicos a céu aberto e nas aldeias Kayapó era intenso. A apropriação e a construção da paisagem no período da cafeicultura incidiram sobre evidências de ocupações anteriores, o que resultou em perdas da sequência historiográfica. Até esse momento da paisagem de

Serranópolis, percebem-se sítios em abrigos rochosos ricos em cultura material e representações rupestres.

Na abertura de áreas para agricultura, encontravam-se concentrações de cerâmica, vasilhames, machados polidos. Manchas de terra preta eram percebidos com indicações imprecisas. Depois desse período, as evidências físicas de ocupações se perderam, restando os registros históricos, as fotografias e os relatos para manterem a memória dos elementos. A paisagem de Serranópolis é um conjunto de resultados da ação humana. Alguns se perderam ao longo do tempo, mas não deixam de ser parte da cultura na atualidade.

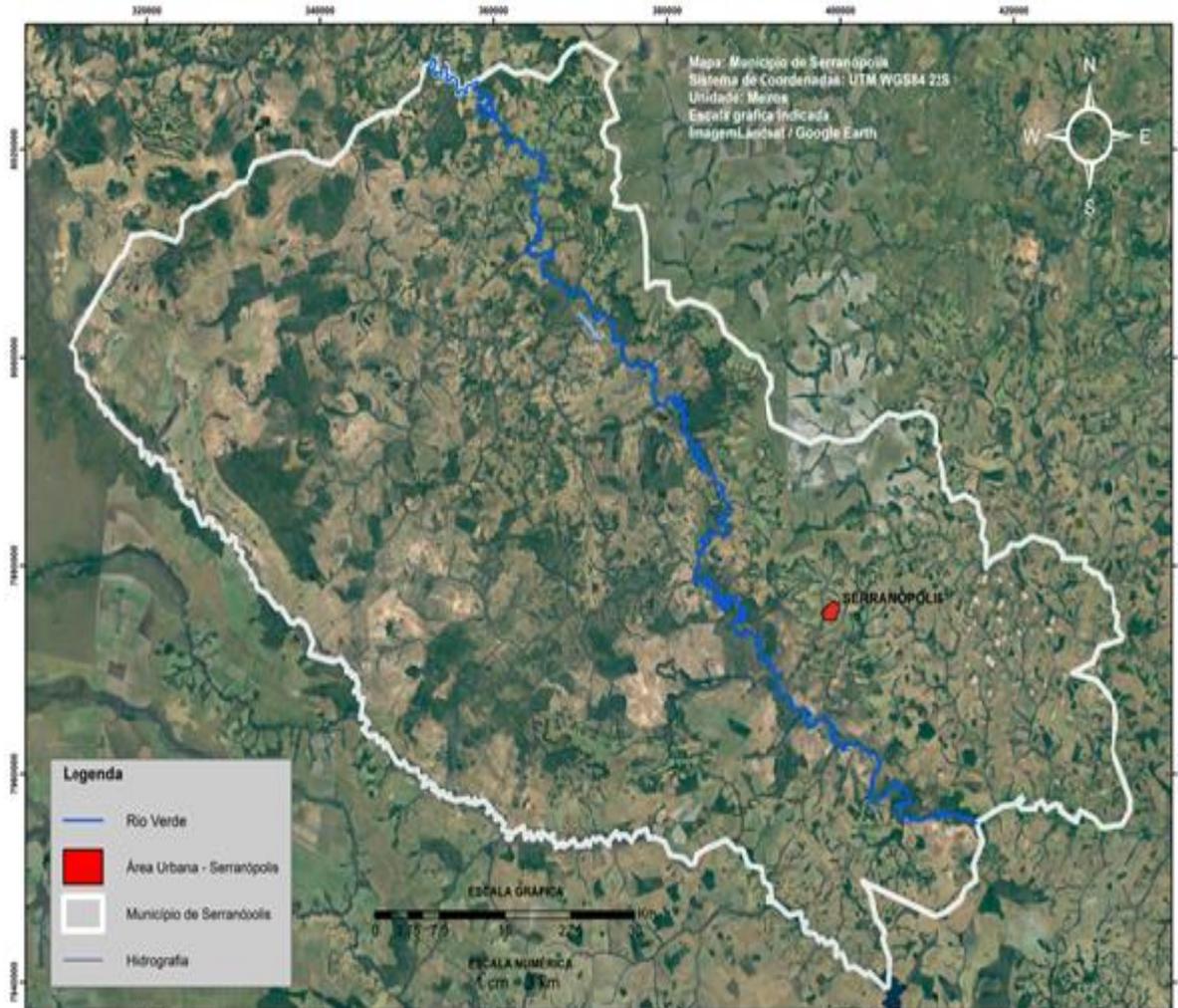
4.5 PAISAGEM DE SERRANÓPOLIS NA ATUALIDADE

A paisagem atual de Serranópolis resulta de longo tempo, como mostrado nos períodos, tendo iniciado por volta de volta de 11.000 anos AP, apropriada e construída por diferentes grupos. As imagens de satélite fornecem recortes temporais menores, com imagens de 2018 e 2000-2010, para a abordagem atual. Essa caracterização ilustra a produção agropecuária, tendo passado da monocultura do café para a crescente agropecuária, principalmente com soja, cana-de-açúcar e criação de gado.

Há atividades assim que, de acordo com a legislação ambiental e de proteção ao patrimônio cultural, aumentaram o desmatamento, os processos erosivos e a perda de sítios arqueológicos a céu aberto. A paisagem se estabelece como patrimônio em objetos e sedes das fazendas, correlacionando momentos históricos também nos casarões antigos da área urbana de Serranópolis. Tem-se o quarto momento de apropriação e construção da paisagem sobre os anteriores. A sequência de ciclos caracteriza as marcas e heranças das atividades econômicas do passado próximo. A sociedade faz a relação entre as ações humanas e as paisagens.

A separação da paisagem degradada, para Corrêa (2012), diferencia-se da representação paisagística da historiografia mais antiga. A figura 18 mostra o uso e a ocupação de solos. Nota-se o que resta da vegetação original de Cerrado e da intensidade das ações antrópicas sobre a paisagem.

Figura 18 - Delimitação do município de Serranópolis e a ocupação do solo



Fonte: Site Sieg (2021, *on-line*).

A amostra da figura 18 apresenta a utilização do solo pelas atividades agropecuárias. Indica a pressão sobre a paisagem de longo do tempo, como pré-colonial, Kayapó e cafeeira. As atividades agrícolas que, na fase cafeeira dispunha de poucos equipamentos, alguns rudimentares, agora, usam alta tecnologia para o rendimento acelerado de revolvimento dos solos. A preparação de novas áreas exploradas se dá em velocidade e intensidade bem diferente do passado, cujos impactos sobre o patrimônio cultural transformam rapidamente a paisagem.

A caracterização ambiental da área de pesquisa, considerando os tipos de solos (mapa pedológico) e a declividade (carta de declividade), possibilita identificar áreas de aldeias de agricultores-ceramistas e Kayapó, ocupadas com pastagem ou lavouras. Na imagem de satélite, observa-se rapidamente as áreas que ainda apresentam vegetação de Cerrado, havendo ou não potencial investigativo em

relação às aldeias. Nesse sentido, terras exploradas pelo homem na atualidade perdem a chance de resgate de informações, diferentemente das áreas mais intactas.

Alguns exemplos da ação antrópica atual sobre a paisagem podem ser vistos. A figura 19 representa os sítios arqueológicos GO-JA-01 e GO-JA-02, ambos em abrigos rochosos, na Fazenda Casa Branca. A foto foi obtida a partir do topo do talude, onde estão os sítios que pertencem a Fazenda Maria Bárbara.

Figura 19 - Paisagem atual, de frente aos sítios GO-JA-01 e GO-JA-02



Fonte: Acervo Projeto Serranópolis (2017).

Na paisagem, há áreas de vegetação nativa e pastagem, cujas informações do trabalho de escavação dos sítios citados apontam que foram encontrados fragmentos de cerâmica arqueológica. Infere-se que tenha sido local de uma aldeia, impactada ou destruída pela ação antrópica. Também se observa que a mecanização associada à exposição dos solos pela agricultura e pelos processos erosivos resultantes do desmatamento e do pisoteio do gado, preferencialmente em áreas de Neossolos Quartzarênicos, ocorreu em eventos que mascararam ou destruíram as evidências robustas de ocupações anteriores.

As evidências de ocupação por caçadores-coletores e agricultores-ceramistas encontram-se nos abrigos (lítico, cerâmica e representações rupestres). A paisagem

atual resulta principalmente das atividades desenvolvidas nas últimas décadas, como consta na amostra da Fazenda Maria Bárbara. Os períodos e as paisagens abordados possibilitam essas discussões, informando as ocupações pretéritas.

As imagens de satélite mostram evidências concretas que correlacionam com a memória do povo. As informações orais preenchem algumas lacunas e permitem que a paisagem seja percebida sob a ótica da exploração de terras e intervenções no território, nesse ensejo, a pecuária extensiva e a plantação de monoculturas. Como visto, em Serranópolis, a terra para esses usos pode sofrer perda de parte da flora e fauna do Bioma Cerrado, além do patrimônio cultural, sendo paisagens antropizadas.

Martins (2007), ao abordar o tema, questiona o uso da terra, como histórico de percepção das modificações ambientais. A terra mostra o que foi desempenhado pelo homem e sua perspectiva para a sociedade. A discussão pode adentrar no exemplo relacionado ao contexto do Núcleo F, onde se encontra o Sítio GO-JA-14, já apresentado, além de outros quatro muito próximos, todos em abrigos rochosos, sem contar os seis sítios do Núcleo E.

A figura 20 mostra a área de pastagem que configura o desmatamento para a agropecuária, parte da reserva legal. Em primeiro plano ao fundo, há processos de arenização. Já a figura 21, também do Núcleo F, apresenta uma área de cultivo de milho, mas com a vertente da reserva legal.

As duas imagens ilustram as atividades modificadoras da paisagem, relacionadas ao período atual. São impactantes aos vestígios das ocupações anteriores - pré-colonial e Kayapó. Ao fundo, na figura 20, aparecem partes de duas construções da sede da fazenda edificada na década de 1960.

Figura 20 - Área de pastagem e reserva legal, próxima ao Sítio GO-JA-14 (Núcleo F)



Fonte: Acervo Projeto Serranópolis (2019).

Figura 21 - Área de cultivo e reserva legal, próxima ao Sítio GO-JA-14 (Núcleo F)

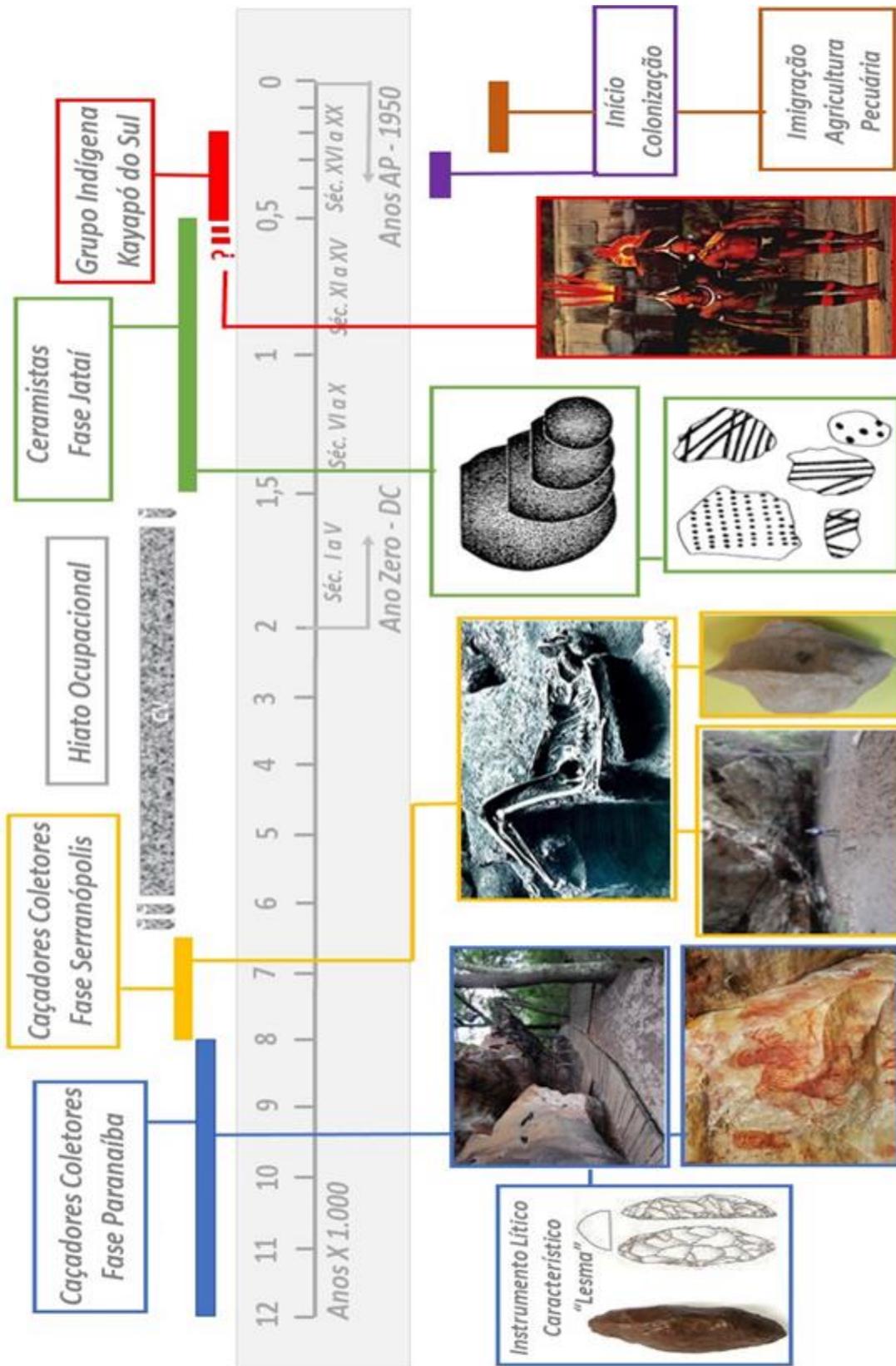


Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

A exploração dos recursos naturais dessa área, em Serranópolis, é a paisagem em movimento, reapropriada e reconstruída a cada período, de acordo com os diferentes grupos e seus padrões de subsistência. Engemann e Oliveira (2011, p. 17) observam que a paisagem se constitui de “[...] uma categoria de espaço que é um produto da coevolução das sociedades humanas e do meio natural, ou ainda, uma manifestação espacial da relação homem-ambiente”. A paisagem resulta de ações do homem ao longo do tempo, mostrando o modo de desenvolvimento das sociedades (SANTOS, 2004).

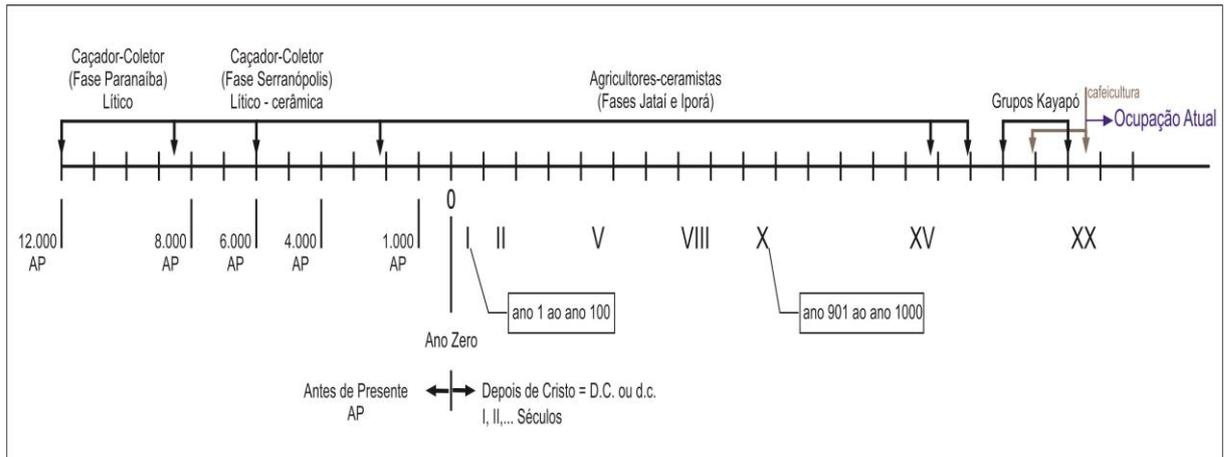
Os vestígios deixados pela ação humana na paisagem são as bases para as discussões sobre o tema, sobressaindo as lacunas. Desse modo, ao trabalhar com grupos humanos e paisagem, a perspectiva de apropriação e construção de longa duração permite que se estabeleça a linha temporal que insere evidências. A Figura 22 apresenta a linha cronológica, abrangendo de 11.000 anos AP ao atual, inseridos os quatro períodos abordados. Verificam-se momentos sequenciais de ocupação e sobreposição, principalmente a partir do século X.

Figura 22 - Cronologia de ocupação de Serranópolis, Goiás, Brasil



Fonte: Barberi, Rubin e Silva (2021, no prelo).

Figura 23 - Linha do tempo da paisagem de Serranópolis



Fonte: Autora (2021).

A linha do tempo especifica que, a partir do início da ocupação no sentido contemporâneo, as evidências de agricultores-ceramistas e Kayapó foram mais impactadas, uma vez que as atividades de utilização da terra se intensificaram e mudaram o cenário, como percebido no período atual. A figura 23 demonstra também que os abrigos rochosos se preservaram, pelo fato de serem pouco atrativos para tais usos.

A paisagem atual de Serranópolis agrega a história da apropriação e da construção dela. Considera-se que o presente tem em si o passado, bem como segmenta diferentes períodos. As lacunas aparecem largamente devido ao tipo de apropriação contemporânea, mais impactante, agindo intensamente sobre as demais fases.

Dos três momentos caracterizados anteriores ao contemporâneo, o pré-colonial destaca-se pela monumentalidade dos sítios, seja pela cronologia, seja pelas representações rupestres ou mesmo pela quantidade de sítios. Da cafeicultura, ainda existem sedes de fazendas e bens materiais. A ocupação dos indígenas Kayapó delinea-se no mapa de Nimuendajú e em relatos históricos.

Desse modo, a investigação identifica paisagens que permitem a compreensão de como os povos interagem e impactavam o solo. As ocupações anteriores, desde as primeiras, por volta de 11.000 anos AP, aludem as correlações da história da paisagem atual. As imagens mostram o que ainda se preservou ao longo do tempo, cuja história continua nesse movimento de modificação.

No perímetro urbano de Serranópolis, tem-se como unidade de preservação e educação patrimonial o Complexo Cultural Armazém da Cultura, localizado na Avenida Elisário, sem número, esquina Alfredo Rosa. O prédio da década de 1970, restaurado, abriga o Museu de História Natural da Serra do Cafezal, a oficina de artesanato Poli Arte e o Bazar Serrano para comercialização dos produtos regionais. As exposições são diversificadas com oficinas de arte, cinema e eventos em geral.

O Museu de História Natural da Serra do Cafezal, situado no Armazém da Cultura, tem em sua estrutura uma sala única grande, espécie galpão, com ambientes típicos de épocas. Seu acervo consiste em artefatos da história dos povos pretéritos que habitaram a região e em peças que configuram os aspectos naturais (SOUZA, 2012). Sua composição com 423 peças foi doada por famílias serrapolinas e arqueólogos da Universidade Católica de Goiás (LIMA, 2016). Sua biblioteca abriga 180 exemplares de obras diversas. As peças arqueológicas provieram de escavações dos sítios arqueológicos, cujos aspectos são naturais, pré-históricos, históricos e culturais.

Em sua plataforma na *Internet*, são expostos objetos do período cafeeiro (figuras 24 e 25).

Figura 24 - Objetos de usos cotidianos do período cafeeiro



Fonte: Acervo do Museu do Cafezal (2019).

O conjunto de malas foi feito de material em couro, sendo de modelos e tamanhos variados. A mesa de tear é símbolo da produção de roupas, único meio de fabricação no campo. O pote de barro servia geralmente para armazenar água para beber ou cozinhar, como espécie de filtro na atualidade.

A figura 25 retrata a parte de decoração e musicalidade da época cafeeira. Ao fundo, há o rádio, à frente, constam o violão e a sanfona, todos para a distração, embora o rádio trouxesse também a informação de lugares do mundo. Outras peças configuram a vida cotidiana e a produção epocal, como vasos, ferro de passar, panelas e, atrás do violão, parte de uma unidade de beneficiamento de arroz.

Figura 25 - Objetos do período das grandes fazendas cafeeiras



Fonte: Acervo do Museu do Cafezal (2019).

Os espaços das figuras 24 e 25 estão mais ampliados na figura 26, que é área de visitação, recebendo estudantes locais que têm a oportunidade de conhecer um pouco sobre o passado de Serranópolis. Esse tipo de atividade se completa com a visita aos sítios arqueológicos pré-coloniais, ampliando a perspectiva temporal e cultural sobre a ocupação humana na região.

Figura 26 - Vista de uma parte do Museu do Cafezal



Fonte: Acervo do Museu do Cafezal (2019).

No espaço do museu, são oferecidos cursos, palestras e exposições culturais para fortalecimento da identidade regional. Essas e outras ações de preservação e pertencimento do patrimônio cultural brasileiro estão resguardadas pela Constituição federal de 1988. Fazem-se valer para todos os entes federativos, sendo fortemente aderidas pela comunidade. Assegura-se a história para as gerações, introduzindo o conhecimento da origem e evolução do município.

O museu de Serranópolis baseia-se na premissa que a educação patrimonial envolve ações educativas voltadas para sensibilizar e familiarizar seus participantes sobre a importância de preservar o patrimônio. Os conceitos de identidade, memória, cultura, pertencimento e história são trabalhados para entender a história de cada grupo, suas semelhanças e diferenças (SIMONI, 2017). Essa ideia foi instituída em 1971, na nona Conferência Geral de Museus (ICOM), na França - referenciada pelo Instituto Brasileiro de Museus. Nela, afirmou-se que museus realizam ações educativas a serviço da humanidade desenvolvidas para valorizar a memória, compreender como o patrimônio se construiu.

O patrimônio está em contínua criação cultural, gera e produz novos conhecimentos (HORTA, 1999). As ações educativas utilizam o Museu de História e outros lugares de memória como sítios históricos e vestígios arqueológicos, a fim de dar a importância a bens culturais de sua região (SILVA; TULUX; LE BOURLEGAT,

2011). Essas ações trabalham temas sobre a identidade cultural, de forma que o indivíduo se assume como pertencente ao histórico-social (FREIRE, 1996), sua função possibilita que o sujeito reconheça e valorize seu patrimônio cultural (MATOS, 2014).

As discussões elucidam que o entendimento promove o sentimento do sujeito pertencer a comunidade, compreendendo o patrimônio cultural. Os sítios e os vestígios arqueológicos permitem o acesso de conteúdo informativo e iconográfico. Os objetos são bens coletivos e referências para diferenciar ou correlacionar culturas. A educação patrimonial, em sua amplitude, fortalece a identidade e alteridade do povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia da apropriação e construção da paisagem em Serranópolis, nos quatro períodos estabelecidos, trouxe evidências de diferentes grupos, desde aproximadamente 11.000 anos AP até a atualidade. Os grupos se inseriram na região e deixaram suas marcas na paisagem, sendo vistos, inicialmente, com abordagens separadas, mas, na sequência, houve os momentos contextualizados. Foram mencionadas as lacunas substanciais das fases históricas que, se por um lado, dificultam a linearidade da historiografia; por outro lado, abrem espaços para hipóteses e novas perspectivas de pesquisa.

Os seguintes problemas nortearam esta pesquisa: como se mostram as paisagens no período de ocupação pré-colonial ao atual no município de Serranópolis? Dentre os momentos pré-colonial, indígenas Kayapó, cafeicultores e imigração e o contemporâneo, que evidências dessas ocupações ainda estão preservadas?

A perspectiva adotada foi desenvolvida atendo para as evidências e lacunas. A investigação identificou e discutiu paisagens e algumas especificidades de cada grupo nos respectivos períodos, uma vez que os elementos das ocupações estão inscritos na paisagem epocal da região. As ocupações pré-colonial, Kayapó, cafeeira e atual configuraram seu processo contínuo, em que povos pretéritos foram definidos para mostrar as mudanças socioespaciais ao longo do tempo.

A historiografia da paisagem teceu a ocupação pré-colonial, a partir de Schmitz, cujas características singulares foram de subsistência. Os sítios agrupados dos núcleos A até F têm o registro dos vestígios mostrados nos resultados. A ocupação dos Kayapó foi apontada pelo Mapa Etnográfico de Curt Nimuendajú. Com pouca referência, restam mais lacunas desse mais do que em outros. Mesmo assim, considerou-se que eles influenciaram a colonização do sudoeste de Goiás. A dos cafeicultores ou fazendeiros foi o povoado que focava no plantio do café e na criação de gado, em que favoreceu o desenvolvimento de monoculturas. A atual mostrada com imagens de satélite, obtidas pelo Google Earth, destacou a expansão do agronegócio rural, com altas atividades produtivas, em que o uso da terra apresenta a degeneração da mesma.

Percebeu-se a correlação entre paisagem e historiografia pretérita e atual. A investigação de paisagens pretéritas resgatou a representação cultural da

contemporaneidade. O estudo contextualizou os quatro períodos abordados, a partir de procedimentos metodológicos específicos.

Paisagens e memórias (individual e coletiva) estão interligadas, sendo que as mais recentes registraram o terceiro momento (cafeicultura) e o quarto (atual) e as antigas elucidaram sítios arqueológicos escassos da presença de Kayapó, com sua cultura material, apesar de haver representações consistentes do momento pré-colonial. Desse modo, a investigação trouxe evidências de atividades rupestres, padrões de subsistência, tipologia de vida e outros aspectos históricos.

A discussão das paisagens em Serranópolis relacionou o período pré-colonial com os outros, pelo modo temporal. A Arqueologia e a História serviram para correlacionar passado e presente, restando amostras da cultura material que consubstancia com as pesquisas da área desta dissertação. Mas o estudo pode ser mais aprofundado em assuntos sobre a formação da memória da população serrapolina, quanto a históricos arqueológicos, e sobre a relação indígena com a cultura da região, pois, mesmo no inconsciente, fazem parte da memória coletiva.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. Concepções de espaço geográfico e território. *Sociedade e Território*, Natal, v. 22, n. 1, p. 46-64, jan./jun. 2010.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás* (1863). Brasília: Ipiranga, 1979.

ALHO, Cleber José Rodrigues; MARTINS, Eduardo de Souza. *De grão em grão, o Cerrado Perde Espaço* (Cerrado - impactos do processo de ocupação). Brasília: WWF- Fundo Mundial para a Natureza, 1995.

ARAUJO, Breno Oliveira. Contribuições para a arqueostratigrafia de sítios arqueológicos de Serranópolis, Goiás. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

ARAUJO, Matheus Martins. *Compartimentação da paisagem e recursos naturais: uma proposta para a dinâmica dos grupos pré-coloniais dos sítios GO-JA-01 e GOJA-02*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

ASNIS, Gabriel Zissi Peres; MANO, Marcel (2020). Continuidades e descontinuidades: a Arqueologia Aratu-Sapucai e a história indígena 'Cayapó'. *Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia*, v. 34, p. 154-173. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.163394>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ASHMORE, Wendy; BLACKMORE, Chris. *Landscape Archaeology*. Academic Press: Encyclopedia of Archaeology, p. 1569-1578, 2008.

ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do sul no Brasil Central*. Goiânia: UCG, 1998.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *O patrimônio*. São Paulo: Loyola, 2003.

BARBERI, Maira; RUBIN, Julio Cezar Rubin de; SILVA, Rosiclér Theodoro da. *Ocupação humana pré-colonial e paleoambiente: Serranópolis, Goiás*, 2021. No prelo.

BASTOS, Moira Anne Bush. *Poética da cabaça: fruto de tradição, arte e comunicação*. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

BENICASA, Vladimir. *Fazendas Paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BITTENCOURT, Ana Luisa Vietti. Análise dos sedimentos dos abrigos. In: SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROSA, André Osório; BITENCOURT, Ana Luisa Vietti. Arqueologia nos cerrados do Brasil Central: Serranópolis III. *Pesquisas-Série Antropologia*, São Leopoldo, n. 60, p. 265-286, 2004.

BORGES, Ronan Eustáquio. Modernização, agroindústrias e transformação do espaço no sudoeste de Goiás: da criação de gado aos complexos agroindustriais de soja e de carnes. *Ateliê Geográfico*, v. 7, n. 2, p.139-163, ago. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie>. Acesso em: 20 nov. 11 2020.

BOTELHO, Eliezer. Principais abordagens arqueológicas em planícies aluviais: um estudo de caso do rio Verde no município de Serranópolis - Goiás. *Cadernos do CEOM*, v. 33, n. 52, p. 50-60, jun. 2020.

BOTELHO, Janaína. Carro de boi: o velho e fiel companheiro de trabalho. *A voz da Serra*, 2019. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/carro-de-boi-o-velho-e-fiel-companheiro-de-trabalho>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BOTELHO, Tarcísio. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. *Revista Eure*, Santiago de Chile, v. 31, n. 939, p. 53-71, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. *A Carta de Pero Vaz Caminha*.

_____. Lei Ordinária 2.117, de 14 de novembro de 1958. Cria o Município de Serranópolis e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 958. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/96288/lei-2117. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. Portaria n. 9, 173-N, de 29 de dezembro de 1998, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, seção 1 151, Dispõe Reserva Particular Patrimônio Natural Pousada das Araras. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Disponível em: https://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/07/08/GO_RPPN_RS_DS_Pousada_das_Araras.pdf Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. Lei 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jul. 1961, p. 6793, col. 1). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/545756>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CAMPOS, Alan Kardek de. *Fazenda Maria Bárbara: origem da fazenda e da família.* Gráfica Cortês: Uberlândia, 2015.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *Complexo agroindustrial sob a forma de cooperativas, na ocupação e uso do cerrado -o caso da Comigo em Rio Verde-GO.* Goiânia: UFG, 1994.

CAMPOS, Jurema Iara; VALENTE, Ana Lucia Eduardo Farah. A construção do mercado para o café em Alto Paraíso de Goiás. *RESR*, Piracicaba, SP, v. 48, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2010.

CARNEIRO, Robert Leonard. Cariapé: um caso de padronização de erro em Arqueologia. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 9-13, jan.-jul. 2009.

CARVALHO, Raquel; MARQUES, Tereza. A evolução do conceito de paisagem cultural. *GOTI*, Porto, n. 16, mar. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17127/got/2019.16.004>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CARVALHO, Maria Meire. Mulheres na Marcha da Coluna Prestes: histórias que não nos contaram. *OPSS*, Catalão, v. 15, n. 2, p. 356-369, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A cultura no plural.* 4. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811.* 2. ed. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A história cultural entre práticas e representações.* Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 13-28.

_____. *Os desafios da escrita.* Tradução de Fúlvia M.L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002.

CHAUL, Nasr Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital.* Goiânia: Cegraf; UFG, 1988.

COELHO Damiana Antônia; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Caiapó do Sul: a história de um povo indígena de Goiás. *Revista Espacios*, v. 37, n. 17, p. 7, 2016. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a16v37n17/16371707.html>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

COELHO, Gustavo. *Goiás, uma reflexão sobre a formação do espaço urbano.* Goiânia: UCG, 1996.

CORRÊA, Dora Shellard. História ambiental e a paisagem. *HALAC*, Belo Horizonte, v. II, n. 1, p. 47-69, set. 2012/fev. 2013.

COSTA, Giseli Santana da; CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de Castro; MEDEIROS, Ricardo Pinto de. A iconografia cerâmica como marcador identitário dos grupos pré-históricos Tupiguarani em Pernambuco. *FUMDHAMentos*, v. XV, n. 1, p. 141-180, 2018.

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. *Geologia do estado de Goiás e Distrito Federal*. MOREIRA, Maria Luiza Osório *et al.* (Orgs.). Escala 1:500.000. Goiânia: CPRM/SIC; Funmineral, 2008.

_____. Programa levantamentos geológicos básicos do Brasil. Geologia e recursos minerais do estado de Goiás e do Distrito Federal. LACERDA FILHO, Joffre Valmório de; SILVA, Aurelene; REZENDE, Abelson. Escala 1:500.000. 2. ed. Goiânia: CPRM/METAGO/UnB, 2000. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/2418/Geol_Rec_Min_Go-DF.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 out. 2020.

CRIADO BOADO, Felipe. Del Terreno AL Espacio: Planteamientos y Perspectivas para La Arqueología Del Paisaje. Capa (Criterios y Convenciones em Arqueología Del Paisaje) 6. Santiago: Grupo de Investigación de Arqueología Del Paisaje, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (Orgs.). *Direitos dos povos indígenas em disputa*. São Paulo: Unesp, 2018.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

EITEN, George. Vegetação do cerrado. In: Maria Novais Pinto (Org.). *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. p. 17-73.

ENGEMANN, Carlos; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na Floresta Atlântica do Sudeste Brasileiro. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 9-31, ago. 2011.

ETCHEVARNE, Carlos (Coord.). *Escrito na pedra: cor, forma e movimentos nos grafismos rupestres da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2007.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FERRI, Gil Karlos. História ambiental: historiografia comprometida com a vida. *Café e História*, 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim *et al.* *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan, 2014.

FLORES, Murilo. *A identidade cultural do território como base de estratégias do desenvolvimento - uma visão do estado da arte*. 2006. Disponível em: <http://www.fidamerica.org/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_236.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra. 1996.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARVALHO, Aline Vieira de. Cultura material e patrimônio científico: discussões atuais. *II Seminário Internacional - Cultura Material e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia - Mast*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-13, 2009.

GIRALDIN, Odair. Fazendo guerra, criando imagens, estabelecendo identidades: a ocupação do Centro-Oeste e os conflitos com os kayapó no século XVIII. *Revista História*, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 55-74, jan./jun. 2001.

_____. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas: Unicamp, 1997.

GONZALES-VARAS, Ignacio. *Conservación de bienes culturales*. Madrid: Cátedra, p.44, 2003.

GUIMARÃES, Santiago Wolnei Ferreira. Ocupação Caçadora e Coletora no Planalto Central Brasileiro. *Revista Tecnologia e Ambiente, Dossiê Arqueologia, Ambiente e Patrimônio*, Criciúma, SC, v. 17, 2011.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffer. *Vértice Revista dos Tribunais*, São Paulo, 1990.

HENRIQUES, Amilson Barbosa. A moderna agricultura no final do século XIX em São Paulo: algumas propostas. *História*, Franca, v. 30, n. 2, dez. 2011.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do centro-oeste brasileiro à economia nacional. *Revista FCT Unesp*, v. 1, n. 22, 2000. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7290/5375>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico da educação patrimonial*. Brasília: Iphan: Museu Imperial, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados de Serranópolis-2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/serranopolis.html>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. *Arquivo sobre Serranópolis, Goiás*, encontrado na Biblioteca do IBGE, Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/serranopolis.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, 1944*. ID: 14278. Arquivo. Liv14278_mapa.pdf. 2020. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória, Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=214278&view=detalhes>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ICOMOS. *Carta de Turismo Cultural, 1976*. Disponível em: <www.portaliphan.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2021.

IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. *Agropecuária Goiana: uma análise em perspectiva histórica*. Estudos do IMB – Segplan-GO, 2017. Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2017/agropecuaria-goiana-uma-analise-em-perspectiva-historica.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). 9th. General Conference of Museums. France, September 1971. *The Museum in the Service of Man, Today and Tomorrow*. Disponível em: <<https://icom.museum/en/ressource/the-museum-in-the-service-of-man-today-and-tomorrow-the-museums-educational-and-cultural-role-the-papers-from-the-ninth-general-conference-of-icom-2/>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê de Tombamento dos Roteiros Nacionais de Imigração*. 11ª Superintendência Regional do Iphan, Santa Catarina, 2007. v. 2.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Carta de Lausanne*. Disponível em: <www.portal.iphan.gov.br> Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. Portaria 127 de 30 de abril de 2009. Regulamenta a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 maio 2009. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-127-2009_214271.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

IPHAN. *Preservação do Patrimônio Arqueológico: Goiás*. Goiânia, GO, 2010. 33 p.

_____. O IPHAN - Página inicial. Goiânia Goiás. Goiânia, GO. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 20 jan. 2020

KARASCH, Mary. Índios aldeados: um perfil demográfico da capitania de Goiás 1755-1835*. *Revista Habitus*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 21-38, jan./jun. 2017.

Disponível em: <file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/5898-18464-1-PB%20(3).pdf>.
Acesso em: 15 ago. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAZZARI, Francini Meneghini; SOUZA, Andressa Silva. Revolução Verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais Green Revolution: Impacts on Traditional Knowledge. Santa Maria / RS UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. *Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*, 2017. Disponível em:
<<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

LE BERRE, Maryvonne. Territoires. In: BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert; PUMAIN, Denise (Coords.). *Encyclopédie de la Géographie*, Paris, Economica. Tradução de Gloria Zamorano, 1992. p. 617-638. Disponível em
<<http://pt.scribd.com/doc/52678477/LE-BERRE>>. Acesso em: jul. 2012.

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média: conversas com Jean-Maurice de Montremy*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

_____. *À la recherche du temps sacré: Jacques de Voragine et la Légende dorée*. Paris: Perrin, 2011.

LEFF, Enrique. Construindo a história ambiental da América Latina. *Esboços*, Florianópolis, v. 13, p. 11-30, 2005.

LIMA, Ana Paula. Gonçalves de. *Patrimônio arqueológico de Serranópolis/GO: reflexões para a busca de uma tutela compartilhada e efetiva*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

LOURDEAU, Antoine. A pertinência de uma abordagem tecnológica para o estudo do povoamento pré-histórico do planalto central do Brasil. *Habitus*, n. 2, v. 4, p. 685-710, jul./dez. 2006.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Re)significações culturais no mundo rural mineiro: o carro de boi - do trabalho ao festar (1950-2000). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, jan./jun. 2006

MAHFOUD, Miguel; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, v. 4, n; 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em:
<<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 2007.

MARTINS, Alécio Perini. Dos posseiros aos migrantes: formação territorial e econômica do município de Jataí/GO, *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, UFU, v. 15, n. 49, p. 90-103, mar. 2014.

MATOS, Alexandre Pena, 2014. História, verdade e ética. *XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS*, Unisinos, São Leopoldo, RS, 2014.

MELLO, Dorival de Carvalho. *Nos porões do passado: a descoberta de Jataí*. Jataí: Ed. Sudográfica, 2002.

MELLO, Vinicius Moreira; SUAREZ, Paulo Anselmo Ziani. As formulações de tintas expressivas através da história. *Revista Virtual de Química*, v. 4, p. 2-12, 2012.

MELO, Nágela Aparecida de. *Interação Campo-Cidade: a (re)organização sócio espacial de Jataí (GO) no período de 1970 a 2000*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

MELO, Pollyanna de Oliveira Brito. *Resignificando identidades culturais: a relação da comunidade de Serranópolis com as imagens rupestres da Pousada das Araras*. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, 2012.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MORI, Robert. Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “sertão do gentio Caiapó” (Sertão da Farinha Podre) - século XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

MOURA, Danieli Veleda; SIMÕES, Christian da Silva. A evolução histórica do conceito de paisagem. *Ambiente e Educação*, v. 15, n. 1, p. 179-180, 2010.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. Cafeicultores e lavradores de roças de alimentos na transição do trabalho escravo ao livre (Campinas, 1850-1888). *América Latina en la Historia Económica*, n. 27 México jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532007000100003>. Acesso em: 11 jan. 2021.

MOURA, Marlene Castro Ossami de (Coord.). Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural. Goiânia: UCG; Vieira; Kelps, 2006.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção do patrimônio cultural: a experiência do Vale do Ribeira-SP. *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out. 2010.

NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. Silêncios da memória: o apagamento do protagonismo indígena em Goiás. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, MS, v. 18, n. 32, p. 215-238, jul./dez. 2016.

NOGUEIRA, Ricardo Augusto Silva. *A construção do patrimônio arqueológico em Serranópolis, Goiás*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2013.

_____. Arqueologia da paisagem, Serranópolis, na interpretação dos espaços sociais. *Revista Habitus*, v. 13, n. 1, Goiânia: p. 89-112, jan./jun. 2015.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Santana. *História de Goiás*. 6. ed. Goiânia: UCG, 1994.

PEREIRA, Edith; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Turismo e Arqueologia na Amazônia - Brasil: Aspectos de preservação e planejamento. IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. UAM, p. 1-13, 2007.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugenio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 417 p. 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PROCEDINO, Pedro Mateus Oliveira. *Formação e preservação do registro arqueológico: processos naturais - culturais no sítio GO-JÁ-02, Serranópolis, Goiás*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2019.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Lorena Marquesini; MAGALHÃES, Paula Andrea Nascimento dos Reys. *Impactos sociais e ambientais da indústria sucroalcooleira no estado de Goiás*. Faculdade de Engenharia Ambiental, Universidade de Rio Verde, 2012. Disponível em:
<<http://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/IMPACTOS%20SOCIAIS%20E%20AMBIENTAIS%20DA%20INDUSTRIA%20SUCROALCOOLEIRA%20NO%20ESTADO%20DE%20GOIAS.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

RESENDE, Fernanda Elisa Costa Paulino; RUBIN, Julio Cezar Rubin de; BARBERI, Maira; BICHUETTE, Maria Elina; GALLÃO, Jonas Eduardo; ZEPON, Tamires.; SILVA, Sergia Meire; SOUZA, Uelde Ferreira. Eliminação da microfauna e limpeza da vegetação. Realização de ações emergenciais de conservação das pinturas e gravuras rupestres nos sítios de abrigos do complexo arqueológico de Serranópolis, Goiás. Relatório Parcial II. MRS Estudos Ambientais Ltda., Brasília, 2020

RIBEIRO, José Felipé; WALTER, Bruno Machado Teles. As principais fitofisionomias do bioma cerrado, 1998. In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semiramis Pedrosa de; RIBEIRO, José Felipe (Eds.). *Cerrado: ecologia e flora*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, p. 151-199, 2008.

ROBRAHN GONZALEZ, Erika Marion. Os grupos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 6, p. 83-121, 1996.

ROCHA, Leandro Mendes (Org.). *Atlas histórico: Goiás pré-colonial e colonial*. Goiânia: CECAB, 2001. v. 1.

RUBIN, Julio Cezar Rubin de *et al.* Efeitos da erosão em sítios arqueológicos no estado de Goiás - casos de Serranópolis e Palestina de Goiás. *Clio Arqueológica*, Pernambuco, v. 32, n. 1, p. 37-67, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/246468-172825-1-SM%20(1).pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

RUBIN, Julio Cezar Rubin de *et al.* Caçadores-coletores e a paisagem em Serranópolis, Goiás-Brasil, 2020. *Boletín de Arqueología*, PUC Peru, 2020.

SALDANHA, João Darcy de Moura. *Poços, potes e pedras: uma longa história indígena na costa da Guayana*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2016.

SANT'ANNA, Thiago. *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. *Turismo e arqueologia*. São Paulo: Aleph, 85 p., 2005. (Coleção ABC do Turismo).

SCHMITZ, Pedro Ignácio *et al.* *Arqueologia do centro-sul de Goiás: uma fronteira de horticultores indígenas no centro do Brasil*. Pesquisas, Antropologia 33. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas Unisinos, 1982.

SCHMITZ; BARBOSA, Altair Sales; RIBEIRO, Maira Barberi; VERARDI, Ivone. *Arte rupestre no centro do Brasil: pinturas e gravuras da pré-história de Goiás e oeste da Bahia*. São Leopoldo: Unisinos, 1984.

SCHMITZ. Pedro Ignácio; SILVA, Fabíola Andréa e BEBER, Marcus Vinicius. *Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis II. As pinturas e gravuras dos abrigos*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 1997.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Caçadores antigos no sudoeste de Goiás, Brasil. *Estudios Atacameños*, n. 8, p. 17-37, 1987.

_____. *Caçadores e coletores antigos no sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil*. São Leopoldo, RS: IAP-Unisinos, 1984.

SCHMITZ, Pedro Ignácio *et al.* Temas da Arqueologia brasileira: 1- Paleoíndio (III Seminário Goiano de Arqueologia). *Anuário de Divulgação Científica*, Goiânia, Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, UCG, n. 5, 1978/1979/1980a.

SCHMITZ, Pedro Ignácio *et al.* *Arte rupestre no centro do Brasil: pinturas e gravuras da pré-história de Goiás e oeste da Bahia*. São Leopoldo: Unisinos, 1984.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BARBOSA, Altair Sales. Ocupação indígena do cerrado: esboço de uma história. In: SANO, S. M.; Almeida, S. P. *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: Embrapa, 1998.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; SILVA, Fabíola Andréa; BEBER, Marcus Vinicius. *Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis II: as pinturas e gravuras dos abrigos*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas; Unisinos, 1997.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BARBOSA, Altair Sales; JACOBUS, André Luis; RIBEIRO, Maira Barberi. Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central Serranópolis I. *Revista Pesquisas Antropologia*, n. 44, São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisa, 1989.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROSA, André Osório; BITENCOURT, Ana Luísa Viatti. Arqueologia nos cerrados do Brasil central - Serranópolis III. *Pesquisas Antropologia*, Unisinos, Rio Grande do Sul, n. 60, p. 287, 2004.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, S. Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 285-298, 1993.

SCOPEL, Iraci *et al.* (Coords.). *A formação de areais e seu controle na região de Jataí e Serranópolis, Goiás*. Jataí: Universidade Federal de Goiás, 2005.

SERRANÓPOLIS. História. *Câmara Municipal de Serranópolis*, 2020. Disponível em <<https://www.serranopolis.go.leg.br/historia/>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

SIEBEN, Airton; MACHADO, Carlos Augusto. Histórico e contextualização sócio-econômica e ambiental da soja (glycine max) no Brasil. *Geoambiente Online, Revista Eletrônica do Curso de Geografia*, Campus Jataí, UFG, n. 7, jul./dez. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/25917-Texto%20do%20artigo-108976-1-10-20130816.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SILVA, Eder Janeo da; TULUX, Bruno Mendes; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Educação e Preservação Patrimonial/Arqueológica no Desenvolvimento Territorial de Mato Grosso do Sul. *Revista Impulso*, Piracicaba, v. 21, n. 51, p. 19-30, jan./jun. 2011.

SILVA, Áurea Pereida da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). Estudos de História e Cultura Material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 jan. 2021

SILVEIRA, Luciana de Almeida; BONATO, Nailda Marinho da Costa. Educação & cidade: o papel da escola na preservação do patrimônio cultural. *IV Encontro Nacional da Anppas*, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVO S/GT8-1069-1031-20080510222854.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVO%20S/GT8-1069-1031-20080510222854.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SIMONI, Rosinalva Côrrea da Silva *et al.* (Coords.). *Educação cultural: nos trilhos da educação patrimonial*. Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Goiânia: Fundação Aroeira, 2017.

SOUZA PEQUENO, Eliane da Silva. Trajetória da reivindicação Kayapó sobre a terra indígena Badjônkôre. *Revista de Estudos e Pesquisas*, Funai, Brasília, v. 1, n. 2, p. 249-288, dez. 2004.

SOUZA, Luiz Antônio da Silva. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da capitania de Goyas. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, n. 16, 4. trim., p. 429-510, 1849.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SOUZA, Luzia Francisca de. *Diversidade florística e fenologia reprodutiva em fitofisionomias da Reserva Pousada das Araras (município de Serranópolis, estado de Goiás, Planalto Central do Brasil)*. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 2009.

SOUZA, Carolina Guimarães de Starling. *O turismo arqueológico na preservação do patrimônio cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Mariana Garcia. *Análise macrorregional do complexo de sítios arqueológicos de Serranópolis: relações e interpretação entre paisagem e caçadores-coletores*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

TELES, Gilberto Mendonça. A linguagem em Goiás: a crítica e o princípio do prazer. *Estudos Goianos*, UFG, v. 2, p. 395-412, 1995.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil Fênix. *Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, ano VII, v. 7, n. 2, maio/jun./jul./ago. 2010. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 20 nov. 2020.

TURNER, Terence. Os mebengokre kayapó: história de mudança social. De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Patrimônio Cultural no Brasil, 1972. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por>. Acesso em: 14 dez. 2019.

_____. *World Heritage Papers, 26: World Heritage Cultural Landscapes, a Handbook for Conservation and Management*. França: Unesco, 2009.

VELOSO, Maria. O fetiche do patrimônio. *Revista Habitus*. Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437-454, jan./jun., 2006. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/363/301>>. Acesso em: 29 out. 2020.

VERONEZE, Ellen. *A ocupação do Planalto Central brasileiro: o nordeste do Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) - São Leopoldo: Unisinos, 1992.

VIEIRA, Martha Victor. A conquista dos povos indígenas e o discurso da decadência nas narrativas de Goiás oitocentista. *MÉTIS: história & cultura*, p. 169-185, jan./jun. 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/6943-26139-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/6943-26139-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. *Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da Unicamp*. 2006. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/vonsimson.html>>. Acesso em: 16 de jan. de 2021.

WÜST, Irmhild. *Continuidade e mudança - para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo - FFLCH, 1990.

XAVIER, Mateus Fernandes. A Coluna Prestes e seus impactos nas relações internacionais do Brasil. *Revista Crítica Histórica*, ano V, n. 9, jul. 2014.

ZANCANARI Natália Scarabeli. A figura que conduz: comitivas e peões boiadeiros no Noroeste paulista. *VI Congresso Internacional de História*, UFGD, 2013.

